



ISPA

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

PSICOPATIA E PERVERSÃO:
CARACTERÍSTICAS COMUNS E
DIFERENCIAIS, PROCESSO DE PASSAGEM
AO ACTO E PERFIL CRIMINAL

MAFALDA GONÇALVES CALHEIROS

Orientador de Dissertação

PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO PIRES

Coordenador de Dissertação de Seminário

PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO PIRES

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOCRIMINOLOGIA

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professor Doutor António Pires, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicocriminologia conforme o Despacho da DGES, nº 29595/2008, publicado em Diário da Republica, 2ª série, nº 223, de 17 de Novembro de 2008.

AGRADECIMENTOS

No fim desta etapa tão importante da minha vida não posso deixar de referir e dedicar o meu trabalho a todos aqueles que de alguma forma me incentivaram, apoiaram e me acompanharam neste caminho. Foi-me e é, muito gratificante olhar para trás e lembrar-me de todos que marcaram o meu percurso académico, tanto os que já estavam presentes na minha vida, como também aqueles que entraram pela primeira vez e se revelaram um suporte muito importante para que pudesse chegar até aqui, tornando a minha vida mais completa.

Em primeiro lugar, tenho que agradecer de uma forma muito especial ao meu Professor e supervisor de seminário de estágio Prof. Pereira da Silva, por todo o apoio que me deu, pela expectativa, e pela confiança que depositou em mim desde o meu primeiro dia de mestrado. Por me ter dado ambição para evoluir, não só academicamente mas também como pessoa. Gostaria de agradecer também, pelas suas aulas dinâmicas, divertidas e nada aborrecidas, cheias de conhecimento psicológico e pessoal, que se revelaram uma autêntica "mina de ouro" para a minha evolução. Por tudo isto um grande obrigada Professor.

Gostaria também de fazer outro agradecimento especial à minha orientadora de estágio Dra. Alexandra Anciães por todo o apoio que me deu tanto no decorrer do estágio como com outras coisas, nas quais não teria qualquer obrigação como minha orientadora de estágio. Por também se revelar um suporte importante no meu progresso para me tornar numa excelente psicóloga forense e na minha evolução pessoal e profissional. Por tudo isto um obrigada muito especial.

Gostaria de agradecer também à Dra. Rute Agulhas, que embora não tenha sido minha orientadora oficial contribuiu também para a minha formação, por se ter disponibilizado a acolher-me na realização das suas perícias permitindo-me adquirir mais experiência profissional numa área em que tinha pouco conhecimento, a avaliação com crianças. E também por se disponibilizar para me apoiar e ajudar em coisas fora do âmbito do estágio curricular. Um muito obrigada por tudo.

A minha família é também a quem não poderia deixar de agradecer. À minha mãe por sempre me dar liberdade para seguir aquilo para o qual me sentia vocacionada, por todos os esforços que fez, e ainda faz, para que concretize os meus sonhos e as minhas

ambições, por me apoiar sempre, por me levantar quando me ia abaixo, por me dar sempre forças para conseguir mais e por ser uma mãe espectacular. À minha irmã, que apesar de ter mau feitio e andarmos sempre às "turras" sei que gosta muito de mim e tem um orgulho por mim como até agora ninguém conseguiu igualar. Á minha avó que à sua maneira especial sempre me apoiou e gastou muitas horas do seu tempo a rezar para que passasse nos exames e em todas as outras etapas por mim alcançadas, e pelo orgulho incondicional que tem nas suas netas. Aos meus tios que apesar de estarem relativamente mais longe, sempre se mantiveram perto e presentes, mesmo fazendo esforços para estarem presencialmente nos momentos mais importantes do meu percurso. Por me terem ajudado, apoiado e incentivado, mesmo quando diziam "sobrinha tens que ter cuidado...vais entrar numa prisão com os assassinos? (...) ai sobrinha que horror, tem cuidado". Por nunca terem deixado que me faltasse nada e pelos muitos esforços que fizeram para satisfazerem os meus caprichos e por todos os momentos fenomenais que me proporcionaram. Ao meu padrinho que também me acompanhou, me deu várias opiniões valiosas nos meus trabalhos e contribuiu para que "limasse arestas" fazendo-me evoluir. A todos vocês agradeço com muito carinho. Adoro-vos muito.

Agradeço ao meu namorado, que teve que dispensar muito do nosso tempo para que pudesse estudar, pela sua compreensão e paciência. Por me aturar nos momentos mais stressantes em que eu me tornava numa pessoa um bocadinho insuportável. Obrigada Filipe e espero que saibas que valeu a pena.

Quero agradecer a todos os meus amigos. À minha amiga Mariana, que desde há muito me acompanhou na minha vida académica, pelas imensas horas que passamos a estudar e nas quais dávamos motivação uma à outra. Por sempre estar presente nos bons e maus momentos. A todos os amigos que fiz na faculdade, Marta, Bruno, Pedro, Vanessa, Mariana, e com os quais partilhei momentos inesquecíveis, as tardes a fazer trabalhos, os jantares em que me diverti como nunca, as zangas que tivemos por divergir nas opiniões. Todos vocês me fizeram evoluir e todos juntos conseguimos melhorar e crescer em muitos sentidos. Obrigada por fazerem parte da minha vida.

Por fim, quero agradecer ao meu orientador de dissertação Professor Doutor António Pires, pela sua disponibilidade e orientação na realização da dissertação.

ÍNDICE

1. REVISÃO DE LITERATURA – PSICOPATIA E PERVERSÃO: O QUE AS DIFERENCIA E ONDE SE CRUZAM.....	p. 1
Introdução.....	p. 4
Organização de Personalidade Psicopática.....	p. 6
Organização de Personalidade Perversa.....	p. 14
Conclusão.....	p. 23
Referências bibliográficas.....	p. 24
2. PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO – PSICOPATIA E PERVERSÃO: CARACTERÍSTICAS COMUNS E DIFERENCIAIS, PROCESSO DE PASSAGEM AO ACTO E PERFIL CRIMINAL.....	
Introdução.....	p. 30
Método.....	p. 33
Participantes.....	p. 33
Instrumentos.....	p. 33
Procedimento.....	p. 36
Referências bibliográficas.....	p. 39
3. ANEXOS	
Anexo I – Critérios de Diagnóstico para Perturbação Anti-Social da Personalidade.....	p. 41
Anexo II – Psychopathy Checklist Revised.....	p. 39
Anexo III – Checklist da Perversão.....	p. 56
Anexo IV – Técnica Projectiva de Rorschach.....	p. 55
Anexo V – Grelha de Representação de Si.....	p. 73
Anexo VI – Técnica de Profiling.....	p. 76

REVISÃO DE LITERATURA

PSICOPATIA E PERVERSÃO: O QUE AS DIFERENCIA E ONDE SE CRUZAM

RESUMO

Esta revisão de literatura visa contribuir para a diferenciação dos conceitos de psicopatia e perversão, devido à falta de uniformidade existente na abordagem dos mesmos, resultado de certas características partilhadas, e consiste numa compreensão do funcionamento psíquico de ambas as organizações de personalidade e seu processo de passagem ao acto.

Através de uma perspectiva psicodinâmica, procede-se à explicitação dos mecanismos que levam ao despoletar, e que dão início a estes tipos de personalidades, principais características que as definem, abordagem compreensiva do desenvolvimento, mecanismos de defesa utilizados e tipos de angústia, manifestações comportamentais e processo de passagem ao acto.

Desta abordagem, pode-se constatar que ambas as organizações têm origem numa fase precoce do desenvolvimento, embora a derivação remeta para causas diferentes. A problemática em que assenta o desenvolvimento varia consoante o tipo de organização, levando a angústias distintas. Já os mecanismos de defesa são igualmente primitivos apenas com diferenciação na sua predominância. Por último, o processo de passagem ao acto e suas consequências, diferem em apenas alguns aspectos mais particulares do tipo de relação com o objecto.

Palavras-chave: psicopatia, perversão, perversidade, narcisismo, passagem ao acto.

ABSTRACT

This literature review aims to help differentiate the concepts of psychopathy and perversion, given the lack of uniformity seen in the current approach to these, a result of certain characteristics that are common to both, and which consists in the comprehension of their psychical working and acting out process.

Through a psychodynamic standpoint, the mechanisms that trigger and form this types of personality will then be explained, along with their main defining characteristics, main defense mechanisms used and types of anguish, behavioral manifestations and acting out process.

Through this approach, it is noticeable that both organizations have their origin in an early stage of development, although the derivation refers to different causes. The problematic in which the development is fixated varies according to the type of organization, which leads to different anguishes. However, the defense mechanisms, are equally primitive, differentiate only by their predominance. Last, the acting out process and its consequences, differ only in some particular aspects, regarding the type of object relation.

Key-words: psychopathy, perversion, perversity, narcissism, acting out.

INTRODUÇÃO

A psicopatia e a perversão são consideradas modos de organização do funcionamento psíquico com uma natureza bastante específica e complexa, que pelas suas características são distinguidas das neuroses e das psicoses enquadrando-se na estrutura dos estados-limite. Ao longo dos anos foram alvo de inúmeras abordagens compreensivas, e muitas vezes confundidas. Apresentam em comum alguns traços, mas possuem origens desenvolvimentais distintas, assim como a natureza das angústias e formas de relação e objecto.

A psicopatia caracteriza o sujeito que possui a agressividade exteriorizada como característica central, mas nem todos os psicopatas são delinquentes. Este tipo de organização, é caracterizada pela ostentação de uma grande fragilidade psíquica derivada da relação precoce estabelecida entre o bebé e a mãe, marcada pela quebra das identificações primárias e originando uma incapacidade de simbolização, facto que predispõe estes sujeitos a descompensações variadas e repetidas. Utilizam mecanismos de defesa primitivos, existe uma intolerância à frustração, o narcisismo é precário e a angústia é a de perda do objecto. Ao longo da infância, são criados fantasmas que passam a ser reais, as carências afectivas são graves e a perigosidade apresentada é arcaica e exprime o sentimento de abandono primitivo e violento.

Por sua vez, a perversão é uma organização estrutural da psique que enquadra aspectos particulares de violência e situa o indivíduo na ordem do prazer arcaico e regressivo. A problemática central é a de negação da diferença de sexos que origina uma angústia de castração. A fixação é exclusiva do modo de obtenção do prazer característico deste modo de funcionamento arcaico. O perverso para ultrapassar o seu conflito intrapsíquico fixado a nível pré-genital, utiliza mecanismos de defesa como a clivagem e a negação. Neste sentido o indivíduo pode optar pelo prazer auto-erótico, no qual mediante o tipo de violência, pode prevalecer o sadismo ou o masoquismo. Há também uma intersubjectividade dos afectos e uma grande vulnerabilidade narcísica.

Apesar das diferenças, estas organizações de personalidade partilham características como a não interiorização do objecto total, relação objectal anaclítica e utilização de mecanismos de defesa primitivos. Desta forma, na sua formação não integram o ego na sua totalidade, desenvolvendo características narcísicas e

consequente má formação do superego, que pela sua exteriorização, leva à passagem ao acto.

ORGANIZAÇÃO DE PERSONALIDADE PSICOPÁTICA

No que respeita ao conceito de psicopatia, em psicopatologia existem diversas concepções, desde classificações psiquiátricas do DSM até às abordagens psicanalíticas que discutem a psicopatia à luz do sentimento inconsciente de culpabilidade e precocidade das perturbações psíquicas (Harrati, Vavassori, & Villerbu, 2006).

O DMS-IV utiliza o termo perturbação de personalidade anti-social para se referir à psicopatia, pois existe uma estreita relação entre os dois constructos, considerados sinónimos por Mouilso e Calhoun (2012). Em contrário, outros autores afirmam que o transtorno de personalidade anti-social e a psicopatia são distintos, são síndromes que apresentam diferenças entre si apesar das semelhanças que partilham, particularmente o facto de a variável comportamento anti-social, sendo uma característica da psicopatia, se encontrar fortemente relacionada com a criminalidade e a violência (Franks, Sreenivasan, Spray & Kirkish, 2009; Romero, Guillena & Barquero, 2011; Soeiro & Gonçalves, 2012).

Já o CID-10 aborda o conceito de psicopatia, referindo-se ao transtorno de personalidade dissocial. Neste, predomina a indiferença face aos sentimentos dos outros, o que pode levar à manifestação de comportamentos cruéis, não cumprimento de ordens e obrigações, fraca tolerância à frustração e predisposição para a violência (Morana, Stone, & Abdalla-Filho, 2006).

De acordo com Villerbu (2001, cit por Harrati et al., 2006), a psicopatia é vista como uma estrutura de personalidade, assim como a neurose e a psicose. Bergeret (s.d., cit por Harrati et al., 2006) complementa, afirmando que a psicopatia é uma entidade polimorfa que se dirige, na maioria dos casos, a organizações limite dentro do quadro de desenvolvimento perverso, e pode aproximar-se a estruturas psicóticas, mas raramente se encontra relacionada com estruturas neuróticas. Neste sentido, Senninger e Fontana (2006) referem a proximidade da psicopatia à psicose, justificando através das semelhanças estruturais, nomeadamente a falta de tolerância à frustração, a instabilidade psíquica e impulsividade. Por outro lado, Jean-Pierre e Laetitia (s.d. cit por Chartier & Chartier, 1986), assemelham a psicopatia a estados maníaco-depressivos, devido às características como a raiva, fúria e a falta de olhar o futuro, de prever as consequências dos seus actos, como traços de melancolia pela exaltação. Desta forma, o psicopata escapa da loucura sob forma de psicose maníaco-depressiva, pois age o seu ódio contra

o outro, não se culpabilizando pelos seus actos (Chartier, 1998 cit por Chartier, 2003). Kernberg (1975 cit por Chartier, 2003) localiza a psicopatia como variante das personalidades narcísicas, pelo excesso de agressividade que leva à incapacidade de estabelecer relações objectais.

Na sua essência, a psicopatia é caracterizada pelas falhas na representação de afectos e nas relações interpessoais, insensibilidade, ausência de empatia e resposta emocional (Morana et al., 2006), egocentrismo, sentimentos de onipotência e comportamentos anti-sociais marcados pela impulsividade (Mouilso & Calhoun, 2012), irresponsabilidade (Borja & Ostrosky, 2013), sem capacidade de sentir culpa ou remorsos, manipulação e persistência da violação das normas e expectativas sociais (Hare, 1996 cit por Saleh, Malin, Grudzinskas & Vitacco, 2012). Este tipo de organizações exhibe, na sua maioria, um historial de condutas socialmente irresponsáveis, que reflete a falta de consideração pelo objecto (Alvarez & Blasco, 2003). Os psicopatas são ainda caracterizados pela sua arrogância, insensibilidade, charme superficial, aparentam normalidade a fim de alcançar o seus objectivos pessoais (Borja & Ostrosky, 2013), e são considerados degenerados devido à prevalência das pulsões instintivas sobre a razão (Magnan & Morel, s.d., cit por Fonseca 2011).

Howells e Hollin (1988 cit por Soeiro & Gonçalves, 2012) abordam a psicopatia repartindo-a em duas variantes, a psicopatia primária e a psicopatia secundária. A primeira é descrita pela forma de traços de manipulação interpessoal e défices de empatia, nomeadamente os psicopatas primários apresentam baixos níveis de ansiedade, retirada social e são reactivos emocionalmente. A segunda variante é teorizada pela exteriorização de impulsos agressivos e um défice de regulação emocional, logo o psicopata secundário apresenta elevada ansiedade, desregulações comportamentais e emocionais, impulsividade e é frequente o consumo de álcool e drogas (Howells e Hollin, 1988 cit por Soeiro & Gonçalves, 2012; Schoenleber, Sadeh & Verona, 2011). Hare (1980, 1991 cit por Soeiro & Gonçalves, 2012) não concorda com esta divisão, o que vai ao encontro do referido por Soeiro e Gonçalves (2012) que se referem à psicopatia como um constructo unidimensional composto por factores clínicos, características da perturbação de personalidade, e aspectos comportamentais do estilo de vida, que se correlacionam entre si.

De acordo com esta definição, estudos apontam para uma associação do narcisismo à psicopatia, principalmente à psicopatia primária pois a relação com a secundária é menos consistente (Schoenleber et al., 2011). No que respeita à psicopatia primária, esta apresenta uma estreita relação com o narcisismo grandioso, pois caracterizam-se pelo encanto superficial, arrogância, e dualidade no estabelecimento de relações interpessoais. Já a psicopatia secundária relaciona-se com o narcisismo vulnerável, na medida em que partilham características como a impulsividade e falta de responsabilidade perante comportamentos criminais na idade adulta (Schoenleber et al., 2011).

Através de um olhar psicodinâmico, Chartier (2003) enumera duas condições fundamentais ao desenvolvimento de uma organização de personalidade psicopática: a ausência real ou psíquica da figura materna e a ausência de interditos fundamentais.

A psicopatia advém assim, de uma “*relação objectal diferenciada mas ambivalente em relação à figura maternal*”, a mãe estabelece uma relação com o bebé baseada na alternância de rejeição/agressividade e recuperação/culpabilidade (Harrati et al., 2006, p.79). Este mecanismo de aproximação e afastamento, forçado e doloroso para o bebé, leva a uma quebra na elaboração das identificações primárias estáveis e consistentes, o que faz com que a criança se sinta diminuída (Meloy, 2000 cit por Harrati et al., 2006). Bandura (1986 cit por Borja & Ostrosky, 2013) caracteriza os lares em que emerge a psicopatia, como negligentes e com figuras parentais indiferentes, nos quais a criança como forma de protecção e alternativa à realidade dolorosa, cria um modo ilusório que só ela pode controlar, colocando-se numa posição de onipotência e reprimindo o que é ameaçador através da aprendizagem e manifestação de comportamentos agressivos (Harrati et al., 2006). O psicopata, em bebé não integrou a sua agressividade, foi privado e viveu uma experiência marcante de abandono, o que em adulto o faz dirigir esta agressividade para o objecto, especificamente para os substitutos simbólicos da figura materna (Boamorte, 2012).

O psicopata é sustentado por traumas desorganizadores que advém das falhas do desenvolvimento, impossibilitando a experiência e integração de acontecimentos violentos e agressivos necessários à humanização (Chartier, 2003), ao que Romero e Colaboradores (2011) definem como um transtorno da vida afectiva. Neste seguimento, Aulagnier (1976, cit por Chartier, 2003, p.87) refere que a primeira força necessária é a

“*violência de interpretação*”, da qual a mãe é porta-voz activa da criança, apresentando e transformando o mundo para que este seja investido e representante, há um investimento da libido maternal. A mãe intervém segundo uma dupla junção entre as manifestações da criança e do mundo, através de verbalizações que lhe dão sentido, enuncia as leis e exigências da criança, delegando o mundo exterior e cortando a fantasia. No caso da psicopatia, a mãe não realizou esta função, assim a ausência psíquica provocada pelo abandono da figura maternal, vai dar origem à carência afectiva abordada por Spitz (1970 cit por Chartier, 2003), na qual as crianças privadas de amor irão tornar-se adultos com uma raiva intensa à ordem social.

Lacan (s.d. cit por Hellbrunn, 1982) refere que a psicopatia tem formas arcaicas de identificação imaginária de um estágio desenvolvimental precoce, ao qual designa por “estádio do espelho”, aqui a criança deveria assumir uma imagem sua, e quando tal não ocorre, a agressividade retorna à identificação primária. Neste sentido, a organização de personalidade psicopática é compreendida com base no complexo de Édipo, o qual permite uma identificação primária no momento em que a criança se vai rivalizar consigo mesma e estruturar-se através da identificação com o rival (Hellbrunn, 1982). O investimento libidinal num cenário de fantasia, permite a realização de uma agressão narcísica clivada, sendo a estrutura edipiana reportada a uma privação particular da função parental (Hellbrunn, 1982). O psicopata carecendo da falta de entendimento e domínio do ciúme que sustenta as relações primárias estabelecidas de forma ineficaz, retira-se das primeiras apreensões afectivas (Hellbrunn, 1982). Desta forma, a carência parental origina uma incapacidade para simbolizar, que dá lugar à falta de tolerância à frustração, à incapacidade de se diferenciar, de representar o objecto, e desencadeia a impulsividade expressa na necessidade de satisfação imediata (Hellbrunn, 1982).

Já Melanie Klein, estudou os processos de desenvolvimento da personalidade baseando-se nas fases arcaicas do complexo de Édipo precoce, sendo que o sujeito através do mecanismo de clivagem, percebe o objecto amado como bom e mau objecto. Este último, vai funcionar como um superego arcaico, altamente severo e cruel, fixado num estágio primitivo do desenvolvimento, contribuindo desta forma, para a relação hostil e agressiva que o sujeito estabelece com o mundo (Chartier, 2003). Do stress psicológico inerente a esta fase, a criança vai desenvolver sentimentos de culpabilidade, um ciclo de agressões impulsivas, de raiva e cólera e com desejos inconscientes de punição. Desta forma, os sentimentos de culpabilidade gerados pelo

superego originam uma angústia intolerável e permanente (Chartier, 2003), pela não protecção e não interiorização de meios de contenção de pulsões, o que leva à clivagem e projecção dos objectos persecutórios, entrando o sujeito num processo de exteriorização, pelo qual expressa a sua necessidade de rejeição das responsabilidades, necessidades e imperfeições (Casoui & Brunet, 2003; Husain, s.d.).

Para Klein, a passagem da posição esquizo-paranóide à posição depressiva torna-se essencial na compreensão da personalidade. O sujeito com organização psicopática, não consegue fazer esta passagem, e como tal, mantém os mecanismos de clivagem e negação, levando a um aprisionamento no seu egocentrismo (Casoui & Brunet, 2003).

Kernberg (1979 cit por Merceron, Ponce & Roessel, 1983) e Bergeret (1980 cit por Merceron, et al., 1983) considerando a psicopatia como uma organização estável, remetem-na para o funcionamento particular dos estados-limite, o que vai caracterizar o tipo de angústia, que é a da perda de objecto derivado da falha narcísica, e não uma angústia de castração ou de fragmentação.

No que respeita às relações de objecto na psicopatia, estas são do tipo anaclítico (Hellbrunn, 1982), marcadas pelo poder e controlo num combate constante entre a dependência e a ansiedade anaclítica, onde predomina a agressividade dirigida e a gratificação da agressão como modo de relação objectal (Husain, s.d.). Pela presença de introjecções persecutórias, o equivalente ao superego persecutório sádico definido por Kernberg, as relações estabelecidas são envolvidas em sadismo e crueldade, cíclicas no conflito e marcadas por sentimentos de triunfo face ao objecto, pois só desta forma o sujeito consegue restabelecer as suas componentes afectivas (Husain, s.d.). Por outro lado, o indivíduo identificando-se com um “ego grandioso”, quando necessita de estabelecer a sua posição de onipotência, exhibe uma ofensa narcísica onde não existem limites mínimos, pois o objecto é uma extensão do seu ego grandioso (Chartier, 2003). O sujeito manipula e utiliza o objecto em proveito próprio, para satisfazer os seus desejos, apresentando uma cordialidade superficial capaz de dissuadir o outro sem que este perceba (Soeiro & Gonçalves, 2012).

Para Lelord e André (2012 cit por Lino, 2009), o psicopata apresenta uma falha, uma disfuncionalidade no amor passional, originada pela relação defeituosa criada com a figura materna. Assim, o sujeito tende a ingressar na busca do amor saudável mas

humilhando, agredindo e desvalorizando o outro, tornando-se um objecto à mercê do amor patológico (Lino, 2009).

Quanto aos mecanismos de defesa, os sujeitos com organização de personalidade psicopática funcionam sob forma de economia psíquica, o que lhes permite agir sem culpabilidade e os faz percepcionarem-se como uma vítima da sociedade (Senninger & Fontana, 2006). São invadidos por angústias arcaicas da perda de objecto, em que este pela sua não interiorização, não pode ser conservado permanentemente (Merceron et al., 1983). Desta forma, utilizam a projecção (Senninger & Fontana, 2006), a identificação projectiva, negação de uma parte da realidade e a clivagem do objecto, a onnipotência e a idealização primitiva (Husain, s.d.; Merceron, et al., 1983). Meloy (s.d. cit por Husain, s.d.) afirma que as defesas predominantemente psicopáticas são a negação e a clivagem, pois permitem criar um meio harmonioso e controlado pelo sujeito. Este, apesar de conhecer a existência de regras, orienta-se em função dos seus desejos para manter o sentimento de identidade, o que leva a um confronto constante entre a realidade e a sua necessidade de satisfação (Merceron et al., 1983).

Diversos autores abordam a psicopatia através da passagem ao acto, por ser uma forma de libertação da tensão psíquica, proporcionando equilíbrio temporário, uma homeostase arcaica, e por acontecer de forma repetida, ingressando no lugar das emoções (Chartier, 2003; Fonseca, 2011). Importa aqui referir, que apesar de a agressividade surgir como característica central da psicopatia, nem todos são delinquentes (Alvarez & Blasco, 2003). Embora apresentem um risco elevado para se envolver em actos criminosos, nem todos sucumbem a este risco, ou porque adequam a sua estrutura psíquica ao meio onde se inserem, ou porque são inteligentes e conseguem escapar e contornar a justiça (Soeiro & Gonçalves, 2012). A estes, Romero (2010) designa de psicopatas integrados, pois estão inseridos na sociedade e não chegam a ter qualquer tipo de contacto com o sistema judicial (Romero et al., 2011). Há que ter em consideração que o comportamento anti-social remete para os actos e não para os traços de personalidade (Soeiro & Gonçalves, 2012), e também que em todos os psicopatas, independentemente do tipo de comportamentos, subsiste sempre a ausência de sentimento de culpa (Alvarez & Blasco, 2003; Senninger & Fontana, 2006).

O processo de passagem ao acto é explicado por Chartier (1991, 1998, 2002 cit por Chartier, 2003) através de uma tripla existência, à qual dá o nome de “3 D” (déni, défi,

délit). A negação (le déni) é a incapacidade estrutural de se responsabilizar pelas suas acções e consequências que advêm para si mesmo e para os outros (Harrati et al., 2006). É uma defesa contra a angústia, que segundo vários autores representa um mecanismo particular das psicoses (clivagem) e paralelamente característico do funcionamento psíquico da psicopatia e das perversões (Chartier, 2003). O segundo “D” (défi), é o desafio das leis, de todas as formas de autoridade, de si mesmo e do outro, numa valorização da sua posição de onipotência (Harrati et al., 2006). O delito (délit), é causa inevitável do seu passado e resulta do desafio e da negação através de um temperamento agressivo, no qual a desintrição pulsional leva à passagem ao acto (Chartier, 2003). De acordo com Aulagnier, a psicopatia reflecte aqui a incapacidade de fazer frente à sua necessidade de satisfação e conseguir distinguir o que é permitido do proibido (Harrati et al., 2006).

Freud ressaltou o sentimento de culpabilidade, que ocorre da falha que tinha como função reprimir a culpabilidade consciente difusa, para abordar a passagem ao acto delinvente, referindo que o crime ocorre devido a um desejo de punição inconsciente originário da elaboração edipiana (Chartier, 2003). Aichorn afirma que a conduta anti-social resulta de uma falha no superego perante as pulsões sexuais e agressivas, o que leva o sujeito a agir sobre os seus fantasmas, mas com uma incapacidade para os reprimir (Chartier, 2003). Já Lagache, compreende o crime através do fracasso na resolução do complexo de Édipo que impossibilita o indivíduo de se identificar positivamente com o progenitor do mesmo sexo, gerando uma identificação defeituosa (Chartier, 2003).

A psicopatia é portanto, uma organização de personalidade com uma forte relação, demonstrada cientificamente, com o cometimento de actos criminais, *“o impulso central é ter completo comando sobre a outra pessoa, fazer dela o objecto desamparado de nosso desejo...fazer com ela o que quer para o prazer...e o objectivo mais radical é faze-la sofrer”* (Morana, et al., 2006, p.78). Desta forma, e contra a ideia estereotipada, os psicopatas apresentam maiores probabilidades de vitimizar estranhos, por motivos como a vingança, retribuição, poder e controlo, mas sem cometerem homicídio, sendo mais frequente cometerem delitos violentos com recurso a ameaças e uso da força física e armas (Franks et al., 2009; Romero et al., 2011). Apresentam também um elevado risco de reofensa quando comparados com sujeitos não psicopatas (Franks et al., 2009).

Segundo Montes (1962 cit por Romero et al., 2011) a organização psicopática apresenta três traços que levam a uma estreita relação com a agressividade, nomeadamente, a associabilidade, a falta de fixação afectiva e a necessidade de satisfação incapaz de controlar. O psicopata é inabilitado internamente para se reger pela ordem e princípios sociais, vendo-os como obstáculos, e respondendo perante estes de diversas formas, pois na sua mente eles orientam-se pelo seu código interno, pelas suas próprias normas e desejos (Romero et al., 2011), carecendo de interiorização das regras ao nível do superego (Merceron et al., 1983). A agressividade e a violência surgem quando o recurso ao encanto, à manipulação, à intimidação e às ameaças não permitem ao sujeito atingir os seus objectivos, ou por outro lado, quando se sente rejeitado, o que leva à activação do conflito interno (Lino, 2009; Romero et al., 2011).

Na prática de actos criminosos, os sujeitos que cometem delitos sexuais são frequentemente considerados psicopatas, o que nem sempre é uma aferição correcta. Num estudo realizado por Quinsey e Colaboradores (1995 cit por Alvarez & Blasco, 2003), encontraram na sua amostra de delinquentes sexuais perigosos, apenas 30% considerados psicopatas. Neste seguimento, Malcolm, Khanna e Barbaree (1994 cit por Alvarez & Blasco, 2003), encontraram apenas 7,5% de sujeitos psicopatas numa amostra de reclusos que cometeram crimes sexuais.

No entanto, Saleh e Colaboradores (2012) introduzem o termo psicopata sexual, que é definido como aquele que apresenta uma organização de personalidade psicopática e tende a elaborar ofensas de ordem sexual, sendo oportunista, dirigindo uma agressividade sádica e uma violência do tipo instrumental.

No que respeita à avaliação deste tipo de organização da personalidade, a *Psychopathic Checklist Revised* de Hare, é o instrumento mais referido na literatura, sendo reconhecido como válido e fiável para a caracterização da psicopatia, embora a Técnica Projectiva de Rorschach seja também referida pela contribuição de informação adicional que fornece, refinando a compreensão do modo de funcionamento do sujeito (Franks et al., 2009).

ORGANIZAÇÃO DE PERSONALIDADE PERVERSA

A perversão é uma forma de organização psíquica e um fenómeno social, político, sexual e estrutural, que se encontra presente em todas as sociedades humanas (Santos & Ceccarelli, 2009). É definida por André Lussier (1983 cit por Husain, s.d) como a procura do sujeito pelo fascínio sexual através de um meio essencial e compulsivo de um cenário objectal primitivo. Mas não é apenas primitiva, pois constitui-se através de elementos estruturais, fases de desenvolvimento e níveis de conflito (Meyer, 2011).

Através de um olhar psicanalítico, a perversão seria parte integrante na classificação geral das três grandes categorias, neurose, psicose e perversão, o que actualmente já não é aceite não só pela necessidade de acrescentar uma outra noção de estrutura, a borderline, mas também pela redução da complexidade da organização perversa (Bonnet, s.d.). Bergeret (1983, cit por Husain, s.d.; Bergeret, 2000) coloca a organização perversa muito próxima das psicoses, nomeadamente do tipo de psicose não delirante e limitada a uma só forma de negação, embora situe a perversão na linha anaclítico-narcísica do tronco comum das estruturas limite. Já Santos e Ceccarelli (2009) afirmam que a perversão é uma neurose erotizada do ódio, pois “*o fantasma que sustenta o acto perverso é o de vingança que transforma o traumatismo (da criança) no triunfo do adulto*” (p.322). Por sua vez, Freud remetia a perversão para o negativo da neurose, enquanto uns fazem, os outros ficam-se pela imaginação (Senninger & Fontana, 2006).

Sobre uma perspectiva psicopatológica, a perversão é específica de determinado acto, caracterizada por uma forma patológica de se relacionar com o objecto através da manipulação (Harrati et al., 2006), remetendo para aspectos particulares de violência, com estreita relação com a psicose e mais afastada das estruturas neuróticas (Jeammet, Neau, & Roussillon, 2003).

Actualmente, a organização perversa define-se pela manifestação de determinados comportamentos e sintomas, experienciados por vários sujeitos, sob forma permanente ou episódica, e é considerada uma organização psíquica estável e caracterizada (Bonnet, s.d.). Apresenta características específicas, como o desejo de suporte na relação objectal, a angústia anaclítica, traços narcísicos originários da falha narcísica subjacente, e identidade diferenciada e constituída, excepto em relação à problemática da sexualidade (Husain, s.d.).

As suas características oscilam consoante o nível de organização e integração do ego, que determina a forma como a perversão é expressa. Esta remete para níveis baixos de integração do ego consoante os mecanismos perversos utilizados para conter a fragmentação do mesmo (Meyer, 2011). Sendo a perversão considerada um recurso para lidar com os conflitos dilacerantes do ego, McDougall analisa-a a partir do sofrimento psíquico do sujeito, introduzindo o termo “neosexualidade” para designar os arranjos sexuais, perversos, desenvolvidos na infância como solução para lidar com conflitos psíquicos insuportáveis (Santos & Ceccarelli, 2009). Com a criação da neosexualidade, o sujeito não regride nem se desvia, mas constitui uma defesa contra o sofrimento proveniente da relação perturbada que estabelece com as figuras parentais, protegendo a sua integridade dos ataques ao meio (Danan, 2002). A criação da neosexualidade é uma forma de compreender a perversão enquanto movimento pulsional, originária da pulsão (Santos & Ceccarelli, 2009).

A perversão como modo de funcionamento psíquico, advém da negação da distinção dos sexos, que remete para a problemática da castração, e consequente clivagem do ego, resultando num evitamento da castração, na qual a condição de organização genital não se torna capaz de enfrentar a realidade, provocando assim uma angústia, a de castração, que é contida pela negação da diferença de sexos, nomeadamente do sexo feminino e a ameaça que este representa para o sujeito perverso (Harrati et al., 2006). Os indivíduos com organizações de personalidade perversa mostram-se passíveis de regressão, desenvolveram um édipo, ainda que arcaico, apresentam conflitos pré-édipianos, comportamentos que demonstram um *self* estruturado e representações de objecto (Meyer, 2011).

O funcionamento perverso caracteriza-se pelas fixações pulsionais em zonas erógenas, resultado da falta de integração do ego em função da falha narcísica, que vai dar origem à má formação do superego (Harrati et al., 2006). O sujeito perverso não conseguiu reparar o seu narcisismo, não interiorizou o objecto total, sendo que o único modo de obtenção de prazer se encontra ligado a um objecto parcial, a uma pulsão parcial, o que faz com que tenha de recorrer a objectos e zonas específicas para se compensar psiquicamente (Bergeret, 2000; Harrati et al., 2006). De outra forma, sendo o narcisismo uma falha no sentimento de continuidade identitária e uma ameaça ao despoletar depressivo, remete para angústias que se constituem demasiadamente intensas, e para a desintegração da representação do ego, logo o recurso à sexualidade é

uma defesa perante a falha narcísica originária da ausência de imagens parentais securizantes presentes no mundo psíquico (Chagnon, 2004). Segundo Meyer (2011) o superego não é considerado uma instância mal formada mas sim uma força maior no que respeita à sua estrutura e funções, são as experiências traumáticas e consequentes dinâmicas pré-edípicas que conferem características mais primitivas às perversões.

O desenvolvimento desta organização psíquica, com início na infância devido às lutas em volta da integridade do ego (Meyer, 2011), pode remeter para duas origens, a paternal ou a maternal, i.e., ou a figura paternal falha na sua função ou a transmite inapropriadamente, ou a figura maternal falha na sua função de separação mãe-bebé (Razon, 2002). Desta forma, a origem do modo de funcionamento perverso desenvolve-se a partir de uma fase específica de constituição do objecto, na qual é mantida uma ilusão defensiva de poder pela falha narcísica criada, que por sua vez é compensada por relações de domínio, pelo desejo de controlar e anular o objecto (Harrati et al., 2006). As organizações perversas desenvolvem-se perante a tensão nas relações parentais, a exposição a ansiedades e perdas que originam uma intensificação da sexualidade com tendência às suas formas agressivas (Meyer, 2011).

O sujeito possuidor de uma organização de personalidade perversa substitui as relações interpessoais por relações de adição, é fantasiado um cenário e elegido um objecto, nos quais se vão manifestar os comportamentos compulsivos do sujeito pela busca de satisfação na exteriorização de pulsões agressivas e desejos de grandeza idealizados (Richards, 2003 cit por Santos T. A., 2007). Surge aqui o fetiche, uma relação estabelecida com os imagos parentais, que é utilizado como forma de protecção contra o objecto que apresenta uma dualidade, visto como bom e mau objecto, o protector e o que leva à destruição (Santos T. A., 2007).

Através de uma perspectiva psicanalítica, o fetiche representa o falo feminino, uma perda que o perverso se impossibilita de aceitar, e o significado que possui, seja aplicado ou não ao sexo, é o de desejo sobre algo como modo de satisfação, de compensação (Santos R. M., 2007). Por outro lado, esta relação objectal pode ser marcada pelo desejo de aniquilação, humilhação ou degradação do objecto, o que vai permitir ao sujeito retribuir aquilo a que foi submetido (Santos & Ceccarelli, 2009). Através de materiais clínicos como o Rorschach, é passível a demonstração que as

fantasias destes sujeitos perante o objecto possam ser dirigidas tanto com base no amor como na agressividade (Meyer, 2011).

O primeiro a contribuir para o conhecimento das perversões foi Freud através da teoria da sexualidade infantil. Este afirmou que existe uma pulsão sexual durante a infância, na qual a criança apresenta características perversas que são integrantes no seu normal desenvolvimento (Jeammet et al., 2003). Desta forma, a perversão constitui um funcionamento psíquico desviante, originário de uma inibição e dissociação do desenvolvimento sexual e no qual resultam comportamentos perversos e modos de satisfação sexual à margem do considerado normal numa fase adulta, derivado das regressões à fase infantil de perversidade (Jeammet et al., 2003). Freud salientou ainda a flutuação periódica entre o objecto normal e o objecto invertido, processo este que faz com que a perversão seja uma das possíveis vicissitudes da pulsão, com regressão ou fixação a um estágio libidinal anterior (Santos & Ceccarelli, 2009; Danan, 2002).

Tendo a perversão como mecanismo essencial a negação da castração, o perverso não inscreve imaginariamente a veracidade da castração, mantendo-a como incerta, embora conscientemente saiba que existem diferenças, não é possuidor de uma função simbólica (Santos & Ceccarelli, 2009).

Melanie Klein, no seguimento da teoria freudiana, abordou as perversões através dos mecanismos de regressão, fixação e clivagem, i.e., a regressão a uma fase pré-edípiana bastante arcaica, a fixação a fantasmas sádico-orais e anais precoces que remetem para um objecto edípiano gerador de sentimento de culpabilidade e angústia, e a clivagem originária da negação da separação entre o objecto idealizado e o objecto frustrante (Jeammet et al., 2003). Esta angústia gerada pela relação objectal, é ultrapassada pelo sujeito através do desenvolvimento de sentimentos de onipotência como forma de lidar com as ambivalências do meio (Jeammet et al., 2003).

Bergeret (2000) refere-se à perversão enquanto carácter perverso e define-o como um modo de funcionamento apoiado numa organização mental perversa. Esta, corresponde ao que até agora foi descrito como perversão, caracteriza-se por ser narcísico fálica, na qual existe a recusa do sexo feminino, a problemática da castração, mas o sujeito consegue manter uma relação amorosa sem apresentar sintomas perversos na sua relação com a característica “perversidade”, ao que o autor designa por perversos de carácter (Bergeret, 2000).

A perversidade é um traço de personalidade, uma característica e uma disposição natural inconsciente que leva o sujeito a agir contra o objecto e o meio em geral (Danan, 2002). Está ligada, na maioria das vezes, a formas de perversão, mas há que ter em consideração que nem todas as perversões são sexuais e que a perversidade vai muito além das problemáticas sexuais (Mendoza, 2007). Sendo assim, a perversidade encontra-se associada à noção de mal consciente dirigido ao objecto com o objectivo de satisfazer necessidades, é independente das perversões sexuais e pode manifestar-se em várias áreas, social, relacional e profissional (Harrati et al., 2006). Considera-se a sua origem como anterior à perversão e com uma estreita relação com a psicose, devido ao mecanismo de negação utilizado perante a existência do objecto, não possuindo este qualquer valor, sendo degradado, desvalorizado e inabilitado (Husain, s.d.). É uma disposição permanente da personalidade que remete para a crueldade característica de sujeitos com organização psicopática (Jeammet et al., 2003).

Segundo Bergeret (2000) torna-se necessário definir e separar os conceitos carácter perverso e perversão de carácter. Como refere o autor, os perversos de perversão verdadeira funcionam psiquicamente com base no sobreinvestimento compensatório do falo, enquanto os perversos de carácter, atingidos pela perversidade, negam ao objecto o direito ao narcisismo próprio, não podendo este constituir a sua individualidade, que é vista como concorrencial, interesses e investimentos que não direccionados ao próprio sujeito, deve ser tudo ele e para ele, *“o perverso de carácter mantém os seus objectos numa relação anaclítica tão estrita no plano sadomasoquista e narcísico como o perverso de perversão tem necessidade de conservar o seu objecto homossexual na sua posse erótica”* (p.261). O perverso de carácter tem ainda uma tendência para mentir e não é realista nos seus comportamentos (Arlow, 1969 cit por Bergeret, 2000).

Apesar de partilharem características, as organizações perversas com os perversos de carácter, especificamente a ausência de sofrimento e de culpabilidade (Bergeret, 2000), apresentam também grandes diferenças. Na perversidade o sujeito recorre à destrutividade, devido aos traumas arcaicos mantidos nas falhas da psique pelo seu carácter desorganizador, a clivagem e negação extrema dos afectos. Aqui a angústia é de aniquilação, torna-se intrusiva e gera uma confusão que comporta aos estabelecimentos dos limites dentro/fora nas relações de objecto. A identidade é constituída através da onipotência fálica. Nas organizações perversas, os traumas são figuráveis e o mecanismo de clivagem faz balançar entre a negação ligada ao narcisismo

e a depressão, sendo a manutenção e representação instável do ego restabelecida através do recurso à excitação sensorial erotizada (Chagnon, 2004). Por outro lado, David (s.d. cit por Bergeret, 2000) utiliza outro conceito, o de perversão afectiva, que se define pela relevância do ideal do ego e a inibição da pulsão, sendo esta originária de forças sexuais dissociativas, fazendo intensificar a tendência auto-centrada e a auto-afecção, criando assim uma movimento de fetichismo interno.

Lacan aborda a organização perversa através da problemática da reivindicação edipiana e remete-a para o domínio das perversões sexuais (Danan, 2002; Jeammet, et al., 2003). A criança numa fase pré-edipiana identifica-se ao falo maternal e coloca-se como um objecto susceptível de preencher a falta da figura materna, ficando afectada perante a representação desta falta não simbolizada, o que origina a negação à castração da mãe (Danan, 2002). Esta negação, torna-se o mecanismo central da organização perversa acarretando um significado da realidade definido através da proibição do incesto e do funcionamento inconsciente da ameaça simbólica de castração (Jeammet et al., 2003). A representação simbólica da tríade mãe-criança-fantasmas, exclui a identificação da figura paternal ou a negação da existência da mesma, sendo vista como não necessária à satisfação dos desejos e necessidades da criança, o que origina uma mãe possuidora de dois sexos, idealizada e onipotente através do desenvolvimento de um complexo de Édipo arcaico (Jeammet et al., 2003; Santos & Ceccarelli, 2009; Raoult, 2008)

Lacan localiza ainda a perversão no domínio das perversões sexuais, mas distinguindo as componentes estruturais do funcionamento psíquico do sujeito. Refere que a perversão sexual não se constitui um desvio, mas uma estrutura com ligação directa à conduta sexual pelas características que esta possui, como a amoralidade, o desafio às normas e regras, a provocação, a intenção de transformar o objecto a seu próprio proveito e o desejo inconsciente de anulação da ameaça de aniquilação do ego (Danan, 2002).

A perversão sexual, é a expressão mais recente ligada ao conceito de perversão e designa “*um comportamento sexual transviado em que o parceiro não é considerado uma pessoa, mas simplesmente um objecto necessário à satisfação sexual, e perante a qual se sente uma viva hostilidade*”(Bonnet, s.d., p.11). A sexualidade, sendo comum a todos os seres humanos, remete nestes sujeitos para uma organização psíquica

específica que molda toda a personalidade, uma busca de prazer, não genital mas pulsional (Bonnet, s.d.), onde se encontra saliente a angústia originária, o perigo de desaparecer (Santos & Ceccarelli, 2009).

O desvio sexual, em comparação ao considerado normal, visa a obtenção de satisfação sexual ou do orgasmo através de outros objectos sexuais, zonas corporais ou a subordinação a certas condições específicas inerentes a cada sujeito de forma particular, p.e., sadismo, masoquismo, pedofilia, fetichismo, necrofilia, voyeurismo, entre outros (Harrati et al., 2006). Algumas destas perversões sexuais constituem factos ilícitos estipulados na lei penal portuguesa, e como tal podem ser punidas juridicamente, como é o caso da pedofilia, sendo outras, desde que não interfiram com a sociedade, aceites do ponto de vista jurídico, como o masoquismo e o sadismo (Harrati et al., 2006).

A perversão sexual mostra algumas particularidades que a definem como tal, especificamente, a composição de fantasias centrais, elaboradas e conscienciosas, da sexualidade, o comportamento torna-se determinado pela fantasia, o erotismo perverso que se sobrepõe a qualquer outra sexualidade, períodos de stress e preocupação com as fantasias, e o ajustamento da forma de vida de acordo com a perversão (Meyer, 2011).

No que concerne especificamente ao relacionamento com o objecto na perversão sexual, este efectua-se através de um modo de detenção da negação da alteridade em que a violência é colocada ao serviço da sexualidade, a pulsão está ligada à destrutividade na qual se exprimem as representações fantasmáticas erotizadas (Chagnon, 2004). Aqui, os mecanismos defensivos actuam face à angústia de castração e angústias de ordem mais arcaica, ambas com carácter maioritariamente depressivo (Chagnon, 2004). Na perversidade sexual, a relação objectal é organizada pela componente de dominação fálico-narcísica, o objecto é apoderado através da negação da alteridade, é reduzido ao utilitarismo sem que se considere o valor subjectivo, sendo a sexualidade colocada ao serviço do acto através do narcisismo e sentimento de onnipotência (Chagnon, 2004). As modalidades defensivas, embora muito semelhantes à perversão sexual, enfrentam angústias maioritariamente narcísicas identitárias, com uma estreita relação com a aniquilação psicótica pelo risco de desintegração do ego (Chagnon, 2004).

O processo de passagem ao acto na perversão surge como defesa ao poderoso imago materno e ao confronto com a angústia de castração (Harrati et al., 2006). Os objectos são clivados, a figura maternal é vista como ideal, inatingível mas simultaneamente sedutora, incapaz de satisfazer, e representante de perigo, já a figura paternal é idealizada e denegrada simultaneamente, sendo esta representação insuportável negada e revertida no seu contrário (Chagnon, 2004; Jeammet et al., 2003). Perante esta tensão psíquica, o sujeito para não cair em depressão ou numa crise psicótica, actua no sentido de satisfazer as suas pulsões, liberta as suas angústias primitivas através da busca de objectos externos que possam compensar a falha narcísica. A internalização objectal defeituosa não permitiu regular as angústias nem constituir o ego na sua totalidade, o que pode induzir uma passagem ao acto criminal, e por vezes com recurso à violência.

Bergeret (2000) distingue a passagem ao acto de organizações psíquicas perversas das da perversão de carácter. Na primeira, a passagem ao acto remete para componentes genitais parciais e agressivas, enquanto na segunda, as componentes são essencialmente agressivas, sendo que aqui os elementos sexuais se situam ao nível de manifestações que sobrevêm da perversão em si, são considerados epifenómenos, mais do que um investimento genital puro.

Stoller (1984, 1985, 1986, 1993 cit por Santos & Ceccarelli, 2009) aborda a perversão como uma passagem ao acto, justificando que o comportamento perverso é uma resposta curativa à problemática da castração. O mecanismo de negação despoleta a captação e neutralização do desejo do objecto através da sedução. Desta forma, na relação objectal salienta-se a anulação do desejo, como forma de lidar com a ausência que emerge perante o contacto estabelecido (Raoult, 2008). A negação da diferença de sexos permite superar o sentimento intolerável de exclusão da cena primitiva, originando um modo de relacionamento narcísico ligado às imagos parentais negativas, que são posteriormente projectadas nos adultos (Chagnon, 2004). Balier (s.d. cit por Chagnon, 2004) refere que a passagem ao acto é frequente, e que a violência é dirigida ao objecto através da sedução narcísica e erótica. Em certas violações, a mulher enquanto objecto, é percebida como perigosa e ameaçadora, originando uma reacção compulsiva de formas de agressividade arcaica ligada à representação da imago maternal (Silva, 2010).

Massimo Tomassini (1991 cit por Raoult, 2008) refere ainda que a perversão, sendo originária da negação da perda do objecto primário, é acompanhada de sentimentos de destrutividade e raiva, logo o crime surge como meio de aprisionar o outro devido ao carácter intrusivo e ameaçador da integridade psíquica. Esta abordagem remete para a perversidade enquanto característica, e na qual o objecto é visto como passivo e fiável, mas indutor da emergência dos conflitos infantis, provocando uma clivagem no sentimento de protecção do ego. Desta forma, a confusão estabelecida entre o interior e o exterior, de natureza próxima da psicose, despoleta mecanismos de defesa, gerando uma onnipotência fálica ou anulação do objecto (Chagnon, 2004).

No que concerne à avaliação do funcionamento psíquico destes sujeitos, a literatura refere a Técnica Projectiva de Rorschach, pois esta permite aceder às dimensões psíquicas mais complexas, nomeadamente a natureza das angústias, os registos defensivos, o tipo de relação objectal e a representação da relação e do ego, i.e., as modalidades de equilíbrio entre os investimentos narcísicos e objectais (Chagnon, 2004; Husain, s.d.).

CONCLUSÃO

Com esta revisão de literatura conclui-se que a organização de personalidade psicopática e a organização de personalidade perversa, embora remetam ambas para origens em fases precoces do desenvolvimento, possuam inaptações desenvolvimentais semelhantes e utilizem mecanismos de defesa primitivos, são distintas nas características que apresentam, tipo de angústia sentida e no processo de passagem ao acto.

A psicopatia deriva de uma privação emocional sofrida nos primeiros tempos de vida e da falta de interditos fundamentais fornecidos pelas figuras parentais, enquanto a perversão tem origem na negação da distinção de sexos. O que daqui resulta, na psicopatia, numa quebra das identificações primárias, e na perversão, na problemática da castração. Desta forma, de modo semelhante em ambas, com a não interiorização do objecto total, existe uma falha na resolução edípica e uma consequente lacuna na integração do ego, resultando uma clivagem na percepção objectal. A psicopatia funciona pela exteriorização da raiva contra o mundo, enquanto a perversão prossegue numa busca constante de objectos externos compensatórios. Ambas, devido ao narcisismo resultante da falha de integração do ego, remetem para relações objectais do tipo anaclítico. Consequentemente, partilham uma má formação do superego, a exteriorização do mesmo, que leva nas duas organizações à passagem ao acto. Esta, é definida na psicopatia como um processo de negação-desafio-delito, e na perversão o desafio é substituído pela sedução.

Na literatura existente e mais recente, ambas as organizações têm sido abordadas separadamente, embora em alguns casos sejam consideradas quase sinónimos, principalmente no que respeita à característica da perversidade, que se encontra presente na psicopatia mas não necessariamente na perversão. É importante desta forma, elaborar distinções claras destes conceitos, compará-los e diferenciá-los em todos os seus aspectos. Deparamo-nos também na falta de instrumentos que possam diagnosticar a perversão enquanto organização de personalidade.

BIBLIOGRAFIA

- Alvarez, M. V., & Blasco, J. P. (Abril de 2003). Delinvente Sexual en Série y Alteraciones Psicopáticas, Una Relación Ocasional. *Cuadernos de Medicina Forense* , pp. 35-41.
- Bergeret, J. (2000). *A Personalidade Normal e Patológica*. Lisboa: Climepsi.
- Boamorte, J. B. (2012). *O Crime à Luz da Teoria Winnicottiana*. Obtido em Fevereiro de 2013, de O Portal dos Psicólogos: www.psicologia.pt
- Bonnet, G. (s.d.). *As Perversões Sexuais*. Cultura Geral.
- Borja, K., & Ostrosky, F. (Julho de 2013). Early Traumatic Events in Psychopaths. *Journal of Forensic Science* , pp. 927-931.
- Casoui, D., & Brunet, L. (2003). *La Psychocriminologie*. P.U.M.
- Chagnon, J.-Y. (2004). Á Propos des Aménagements Narcissico-Pervers chez Certains Auteurs De Agressions Sexuelles. *Psychologie Clinique ey Projective* , pp. 147-186.
- Chartier, J. P. (2003). *Guérir après Freud*. Dunod.
- Chartier, J.P. & Chartier, L. (1986). *Délinquants et Psychanalystes*. Paris: Hommes & Groupes Éditeurs
- Danan, M. (2002). Les Paraphilias. In É. Baccino, & P. Bessoles, *Victime-Agresseur: Le Agresseur Sexuel; Problématiques et Prises en Charge* (pp. 153-158). Les éditions du Champ social.
- Fonseca, C. S. (Outubro de 2011). *Perturbação de Personalidade Anti-Social: Enquadramento Jurídico-Legal*. Obtido em Fevereiro de 2013, de O Portal dos Psicólogos: www.psicologia.pt
- Franks, K. W., Sreenivasan, S., Spray, B. J., & Kirkish, P. (2009). The Mangled Butterfly: Rorschach Results from 45 Violent Psychopaths. *Behavioral Science and the Law* , pp. 491-506.

- Harrati, S., Vavassori, D., & Villerbu, L. M. (2006). *Délinquance et Violence*. Armand Colin.
- Hellbrunn, R. (1982). *Pathologie de la Violence*. Éditions Réseaux.
- Husain, O. (s.d.). Is the Rorschach of Psychopaths the Same on Both Sides of the Atlantic? pp. 134-147.
- Husain, O. (s.d.). *Le Diagnostic de la Perversion à travers le test de Rorschach et le TAT*. Obtido em 07 de Junho de 2013, de www.cairn.info
- Jeammet, N., Neau, F., & Roussillon, R. (2003). *Narcissisme et Perversion*. Paris: Dunod.
- Lino, T. L. (13 de Novembro de 2009). *A Patologia do Amor - Da Paixão à Psicopatologia*. Obtido em Abril de 2013, de O Portal dos Psicólogos: www.psicologia.com.pt
- Mendoza, S. (2007). Diversity and Perversity. *British Journal of Psychotherapy* , pp. 329-341.
- Merceron, C., Ponce, L., & Rossel, F. (Junho de 1983). Aménagement Particulier des États-Limites: Les Troubles du Comportement a Caractère Délictueux. *Techniques Projectives II* , pp. 156-163.
- Meyer, J. (2011). The Development aon Organizing Function of Perversion: The Example of Travestism. *The International Journal of Psychoanalysis* , pp. 311-332.
- Morana, H., Stone, M., & Abdalla-Filho, E. (2006). Transtornos de Personalidade, Psicopatia e Serial Killers. *Revista Brasileira de Psiquiatria* , pp. S74-S79.
- Mouilso, E. R., & Calhoun, K. S. (2012). A Mediation Model of the Role of Sociosexuality in the Associations Between Narcissism, Psychopathy, and Sexual Agression. *Psychology of Violence* , pp. 16-27.
- Raoult, P. A. (2008). *Agir Criminel Adolescent*. Presses Universitaires Grenoble.
- Razon, L. (2002). Pères incestueux: Transmission des Défaillances Parentales. In È. Baccino, & P. Bessoles, *Victime-Agresseur: Le Agresseur Sexuel, Problématiques et Prises en Charge* (pp. 171-175). Les éditions du Champ social.

- Romero, J. P. (2010). *Psicópatas Integrados*. Madrid: EOS Psicología Jurídica.
- Romero, J. P., Guillena, S. R., & Barquero, N. C. (2011). Psicopatía, Violencia y Criminalidad: Un Análisis Psicológico-Forense, Psiquiátrico-Legal y Criminológico. *Cuaderno Medico Forense* , pp. 175-192.
- Saleh, F. M., Malin, M. H., Grudzinskas, A. J., & Vitacco, M. J. (2012). Paraphilias with Co-Morbid Psychopathy: The Clinical and Legal Significance to Sex Offender Assessments. *Behavioral Sciences and the Law* , pp. 211-223.
- Santos, A. d., & Ceccarelli, P. R. (2009). Perversão Sexual, Ética e Clínica Psicanalítica. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* , pp. 316-328.
- Santos, R. M. (2007). *Fetichismo: Paradigma da Perversão*. Obtido em Fevereiro de 2013, de Portal dos Psicólogos: www.psicologia.pt
- Santos, T. A. (2007). *Jogo Patológico, uma Revisão de Literatura*. Obtido em Fevereiro de 2013, de Portal dos Psicólogos: www.psicologia.com.pt
- Schoenleber, M., Sadeh, N., & Verona, E. (2011). Parallel Syndromes: Two Dimensions of Narcissism and the Facets of Psychopathic Personality in Criminal Involved Individuals. *Personality Disorders: Theory, Research and Treatment* , pp. 113-127.
- Senninger, L. J., & Fontana, V. (2006). *Psychopathologie des malades dangereux*. Paris: Dunod.
- Silva, V. G. (2010). *Amar: Um Investimento a Fundo Perdido*. Obtido em Fevereiro de 2013, de Portal dos Psicólogos: www.psicologia.com.pt
- Soeiro, C., & Gonçalves, R. A. (2012). O Estado de Arte do Conceito de Psicopatia. *Análise Psicológica* , pp. 227-240.

PROJECTO

PSICOPATIA E PERVERSÃO: CARACTERÍSTICAS COMUNS E DIFERENCIAIS,
PROCESSO DE PASSAGEM AO ACTO E PERFIL CRIMINAL

RESUMO

Este estudo consiste numa diferenciação de duas organizações psíquicas, a psicopatia e a perversão, nas vertentes que lhes dão origem, compreensão do desenvolvimento, processo de passagem ao acto e elaboração do perfil criminal. A pertinência desta investigação remete para a falta de diferenciação de ambas quando abordadas na literatura, em que nalguns casos são quase consideradas sinónimos.

Desta forma, a amostra, composta por sujeitos em cumprimento de pena, será seleccionada e posteriormente dividida com recurso à realização de entrevistas clínicas, consulta de dossiers institucionais, critérios de diagnóstico internacionais do DSM-IV-R, e aplicação da PCL-R, Checklist da Perversão e Técnica Projectiva de Rorschach. Pretende-se também traçar o perfil criminal de cada tipo de organização com o auxílio da Técnica de Profiling, ainda pouco aplicada em Portugal, mas tem-se revelado noutros países, bastante útil na caracterização de crimes e seus autores.

Espera-se então encontrar diferenças significativas para a distinção clara de ambas as organizações de personalidade em todo o seu espectro e chegar à elaboração do perfil criminal que caracterizará cada uma.

Palavras-chave: psicopatia, perversão, narcisismo, passagem ao acto, perfil criminal.

ABSTRACT

This study consists of the differentiation of two psychical organizations, psychopathy and perversion, in the pathways of their origins, comprehension of their development, acting out process and the elaboration of their criminal profile. The relevance of this investigation rests in the lack of differentiation between them both when approached in literature, being, in some cases, even considered synonyms.

As so, the sample, composed by subjects serving a prison sentence, will be selected and posteriorly divided, through use of clinical interviews, the consultation of their individual institutional files, international DSM-IV-R diagnostic criteria, and the application of the PCL-R, Perversion Checklist and the Rorschach Projective Technique. The purpose is to trace the type of criminal profile of each type of organization, with the help of the Profiling Technique, still scarcely used in Portugal, but which has been standing out in other countries, quite useful in the characterization of crimes and their authors.

It is then expected that significant differences are found for the clear distinction of both personality organizations in all of their spectrum and to reach the elaboration of a criminal profile which will characterize each one of them.

Key-words: psychopathy, perversion, narcissism, acting out, criminal profiling.

INTRODUÇÃO

A psicopatia e a perversão, como uma só, desde há muito têm suscitado o interesse de muitos, pelas perturbações no comportamento perante normas sociais, morais e legais, e por se diferenciarem das primeiras estruturas de personalidade definidas, a neurose e a psicose. Em 1809, através de Philippe Pinel surgiu o primeiro conceito “a mania sem delírio”, mais próximo dos termos actuais de psicopatia e perversão, que designava sujeitos que apesar de não serem considerados loucos, manifestavam comportamentos diferentes (Belloch, Sandín, & Ramos, 2009). Em 1835, James Cowles Prichard, falou em “locura moral” para se referir aos sujeitos que apresentavam uma desordem das faculdades morais (Belloch et al., 2009). As funções intelectuais destes indivíduos mantinham-se intactas, o poder dos afectos é que se encontrava desajustado manifestando-se através dos sentimentos, temperamento, falta de auto-dominio e moralidade (Romero, s.d.).

Mais tarde, Dupré (1912, cit por, Chartier, 2003) elabora a teoria das perversões, relacionando este conceito à psicopatia, onde as define como falhas nos instintos do sujeito na sua capacidade moral e social. Na Alemanha, Schneider foi o primeiro a usar o termo psicopatia para definir as mesmas características apresentadas por Dupré. Assim, a diferente utilização dos termos variava na época a nível geográfico, em França o termo utilizado era perversão, na Alemanha psicopatia, e nos Estados Unidos, personalidade anti-social (Chartier, 2003).

Actualmente, ambas as organizações de personalidade têm sido estudadas em separado embora ainda se encontre na literatura uma confusão das duas quando toca a definir características, nomeadamente quando se remete para a correspondência entre a psicopatia e a perversão. Nestes casos, os psicopatas são vistos como indivíduos perversos, ou vice-versa, pondo-se de lado as especificidades de cada uma das organizações, que apesar de semelhantes, não têm a mesma origem, o que leva a um desenvolvimento psíquico distinto.

A psicopatia tem na sua origem a privação emocional e a falta de interditos fundamentais, havendo uma quebra nas identificações primárias (Chartier, 2003). Já a perversão tem como ponto de partida a negação da distinção de sexos que remete para a problemática da castração (Jeammet, Neau, & Ruossillon, 2003).

A passagem ao acto é também diferente. Apesar de ambas lidarem contra a angústia emergente e utilizarem mecanismo de defesa primitivos, o processo de passagem ao acto difere num aspecto em particular. Enquanto um sujeito com organização de personalidade psicopática passa pela negação, o desafio e termina com o delito (Chartier, 2003), um indivíduo com organização de personalidade perversa, no lugar do desafio tem a sedução.

Neste sentido, e devido à escassez de literatura sobre os dois conceitos, ou definição concreta dos mesmos enquanto organizações psíquicas distintas, torna-se pertinente a elaboração de um estudo como forma de esclarecer as duas concepções, na medida em que se possa constatar quais as características que partilham em comum, mas acima de tudo as diferenças que as separam. Por outro lado, torna-se relevante aqui, pela inexistência de dados sobre perfis criminais, estabelecer os mesmos, contribuindo assim para o aperfeiçoamento de possíveis investigações criminais, e para a área da psicologia forense com as interpretações dinâmicas da psicologia clínica, que actualmente são deixadas à margem. Acrescentando ainda, o contributo para a valorização da aplicação do Rorschach em populações prisionais por ser uma prova projectiva rica e passível de validade e fiabilidade.

Desta forma, o presente estudo pretende, como objectivo central, elaborar uma distinção entre psicopatia e perversão, às suas formas de passagem ao acto e perfil criminal aquando do cometimento de crimes. Assim, pretende responder às seguintes questões:

- a) A psicopatia e a perversão são organizações psíquicas distintas?

Hipótese – A psicopatia e a perversão são organizações psíquicas distintas no que respeita ao seu desenvolvimento, modo de funcionamento e utilização de mecanismos de defesa. Embora apresentem algumas semelhanças no que concerne à manifestação de comportamentos narcísicos e agressividade demonstrada.

- b) O processo de passagem ao acto está relacionado com o tipo de organização?

Hipótese – O processo de passagem ao acto encontra-se relacionado com o tipo de organização. Na psicopatia predomina o desafio enquanto na perversão predomina a sedução.

- c) O perfil criminal apresentado é semelhante a cada organização ou tem uma variabilidade individual?

MÉTODO

Participantes

A população presente neste estudo, deverá ser determinada por sujeitos em cumprimento de pena, do sexo masculino, que tenham cometido 2 ou mais crimes, e que se possam enquadrar psicologicamente como tendo traços de personalidade psicopática ou perversa.

A amostra será recolhida de forma heurística e terá origem não probabilista e intencional. O n inicial da amostra será definido após a leitura dos processos institucionais com especial referência ao acórdão da sentença dos sujeitos acolhidos nos Estabelecimentos Prisionais. Será realizada uma selecção de acordo com o tipo de crime e forma como o cometeram, nomeadamente, se houve contacto humano, índice de sadismo, grau de agressividade e violência contra a vítima.

A amostra será composta por 3 grupos. O primeiro corresponderá a todos os sujeitos da amostra que apresentem uma organização de personalidade psicopática, o segundo grupo será composto pelos indivíduos que detenham uma organização de personalidade perversa, e o terceiro grupo integrará todos os sujeitos que possam evidenciar características de ambas. A distinção dos grupos será realizada na primeira fase, após a realização da primeira entrevista individual que contemplará a correspondência aos critérios de diagnóstico de Perturbação Anti-Social de Personalidade do DSM-IV (Anexo 1), score obtido na Versão Portuguesa da Checklist de Psicopatia-Revista (Anexo 2) e Checklist da Perversão – versão experimental (Anexo 3). Após a entrevista serão excluídos da amostra todos os sujeitos que não apresentem características, nem psicopáticas, nem perversas. Após esta fase ficará definido o n total da amostra.

Instrumentos

Tendo em conta os objectivos, fazer uma distinção entre organização de personalidade perversa e psicopática, definir o processo de passagem ao acto e traçar o perfil criminal de ambas, os instrumentos utilizados, por ordem de aplicação, são: consulta dos processos institucionais, entrevista clínica com aplicação da PCL-R e

Checklist para a perversão (versão experimental), Técnica Projectiva Rorschach (Anexo 4) e Técnica de Profiling Criminal (Anexo 6).

a) Dossiers dos processos institucionais

Este instrumento vai permitir fazer a selecção, por exclusão, dos sujeitos que numa fase inicial constituirão a amostra. Permite retirar informações sobre a história de cada indivíduo, possíveis acontecimentos marcantes, percurso criminal e descrição pormenorizada da acusação do facto ilícito praticado e pelo qual se encontra a cumprir pena, e possibilita ainda consultar avaliações psicológicas que tenham sido realizadas.

b) Entrevista Clínica

A entrevista clínica vai contemplar dois momentos. Será realizada na fase inicial de forma a estabelecer um primeiro contacto com os sujeitos, conhecer a sua história de vida, desde o nascimento até à sua situação actual, de forma a compreendê-los de acordo com o seu desenvolvimento e possíveis acontecimentos de vida marcantes. Vai também permitir criar alguma relação para que posteriormente seja aplicado o Rorschach. Num segundo momento, a entrevista tomará outro objectivo, o poder aprofundar a carreira criminal, crimes que cometeram e como chegaram ao Estabelecimento Prisional. Serão aqui abordados todos os pormenores sobre a tipologia de crimes, vitimologia, e todos os dados que possam auxiliar a traçar o perfil criminal dos sujeitos.

c) “Checklist de Psicopatia – Revista” de Robert Hare (PCL-R)

A PCL-R constitui-se um instrumento que permite avaliar o grau de psicopatia. É uma entrevista semiestruturada (Anexo 1) com dois factores avaliativos compostos por diversos traços. O factor 1 corresponde aos traços de personalidade e emoções, e o factor 2 remete para traços de desvio social e conduta anti-social. A sua administração deve ser gravada em vídeo, ou ser aplicada por dois administradores, garantindo desta forma a recolha de todos os dados fornecidos. A cotação é realizada posteriormente, e

corresponde a uma escala de 0 a 2, na qual o 0 indica a ausência de traços, 1 refere-se a incertezas ou a presença de traços em apenas alguns aspectos, e o 2 remete para traços presentes. Posteriormente, os scores obtidos são assinalados na folha de resposta (Anexo 1) e procede-se ao cálculo da pontuação final.

d) Checklist da Perversão

Esta checklist é apenas uma versão experimental que tem como objectivo avaliar o grau de perversão. É composta por 14 itens distribuídos por 2 factores: traços de personalidade e manifestações comportamentais. Consiste na elaboração de uma entrevista clínica que permite a cotação dos itens numa escala de 3 pontos: 0 – característica ausente; 1- característica possivelmente presente; e 2 – característica presente.

e) Teste Projectivo de Rorschach

O Teste Projectivo de Rorschach é uma prova projectiva que pretende aceder à especificidade do funcionamento psíquico. É composta por 10 pranchas ou cartões, e o protocolo no qual se anotam as respostas e respectivas observações. As pranchas são apresentadas uma a uma, por ordem e em posição vertical. Após esta fase é realizado um questionário que incide sobre as respostas dadas em cada uma das pranchas, e posteriormente segue-se o questionário dos limites. Num último momento é pedido ao examinando que escolha, perante os 10 cartões, aquele que gostou mais, e o que gostou menos. Já sem a presença do sujeito é cotado o protocolo de acordo com o tipo de resposta, e neste caso específico com o auxílio da “Grelha de Representação se Si” (Anexo 5).

f) Técnica de profiling

O profiling é uma técnica de investigação e análise criminal que tem como objectivo central caracterizar o criminoso através dos comportamentos que pode exibir perante um crime (Correia, Lucas & Lamia, 2007).

No presente estudo, esta metodologia basear-se-á na categorização descrita por Monet (2003, cit por Correia et al., 2007, p.599):

<p>1. Elementos do profiling</p> <p>a) Análise da cena do crime</p> <p>b) Análise do perfil vitimológico específico</p> <p>c) Análise dos elementos das ciências legais</p>
<p>2. Modelos de classificação</p> <p>a) Tipo de autor de homicídio(s)</p> <p>b) Factores espaço/tempo</p> <p>c) Grau de vítima em risco</p> <p>d) Grau de risco tomado pelo criminoso</p> <p>e) Escalada criminal</p> <p>f) Crime narcísico-sexual organizado, desorganizado ou misto</p>
<p>3. Síntese dos elementos recolhidos (avaliação do crime)</p> <p>a) Assinatura psicológica e <i>modus operandi</i></p> <p>b) Posicionamento do corpo e <i>mise en scène</i></p> <p>c) Reconstituição do cenário criminal</p> <p>d) Confrontação dos métodos indutivos e dedutivos</p>
<p>4. Perfil criminal</p> <p>a) Sexo e raça</p> <p>b) Idade</p> <p>c) Perfil caracteriológico</p> <p>d) Situação familiar e relações sentimentais</p> <p>e) Vida social, escolaridade e serviço militar</p> <p>f) Antecedentes e pontos fortes da biografia</p> <p>g) Criminosos conhecidos similares</p> <p>h) Perfil físico (a título indicativo)</p>
<p>5. Detenção</p>

Tabela 2 - “Metodologia do profiling” (Monet, 2003, cit por Correia et al., 2007, p.599)

Procedimento

A recolha da amostra será realizada no Estabelecimento Prisional da Carregueira (EPC), Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL), Estabelecimento Prisional do Monsanto (EPM) e Estabelecimento Prisional de Vale dos Judeus (EPVJ). Estes estabelecimentos prisionais foram selecionados de acordo com as problemáticas criminais que acolhem, nomeadamente: o EPC por ser um estabelecimento de alta segurança e que integra indivíduos a cumprir pena por crimes sexuais; o EPL, por possuir diversas incidências criminais, com o propósito de fornecer consistência à amostra; o EPM, por ser considerado um estabelecimento prisional especial, devido à especificidade das problemáticas criminais, e de alta segurança, acolhendo reclusos com altos níveis de violência a cumprir penas elevadas; e o EPVJ por acolher sujeitos com

problemáticas igualmente específicas e caracterizados por um elevado índice de violência.

Primeiramente proceder-se-á à consulta dos processos institucionais individuais dos sujeitos. Esta selecção inicial terá por base os seguintes critérios: através da leitura dos acórdãos de sentença, que referem o tipo de crime e forma como este foi praticado, serão seleccionados os sujeitos com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos que tenham cometido dois ou mais dos seguintes crimes: homicídio qualificado, homicídio qualificado de forma tentada, assalto á mão armada, sequestro, roubo, ofensas corporais graves, abuso sexual, violação e corrupção.

Depois de concluído o processo de selecção da amostra inicial, proceder-se-á às entrevistas clínicas com cada um dos elementos que a compõem. Tomando início com o pedido de autorização para a participação no estudo e prosseguindo com a recolha de informação relevante para o diagnóstico, de acordo com os critérios do DSM para a personalidade anti-social e aplicação da PCL-R para a psicopatia, e utilização da Checklist para a perversão (versão experimental). Após esta selecção serão formados os grupos e constituir-se-á o n definitivo da amostra.

Posteriormente será aplicado o Técnica Projectiva de Rorschach, tendo também como objectivo diferenciar os tipos de organização de personalidade. A aplicação desta técnica será realizada de acordo com a Escola Francesa, passando-se primeiramente os cartões, seguindo-se o inquérito e por fim a prova das escolhas.

As respostas ao protocolo serão analisadas uma a uma, de forma a puderem ser classificadas de acordo com a grelha utilizada - Grelha de Representação de Si (Traubenberg, 1983). Em seguida, será realizada a análise de frequências e análise estatística para os dados dos Psicogramas Quantitativos do Rorschach, assim como, para os dados relativos à Grelha de Representação de Si.

Seguidamente, realizar-se-á a segunda entrevista, centrando-se na história criminal do sujeito e esclarecimentos de alguns pontos que possam não ter sido aprofundados. Aqui, através da análise qualitativa com os novos dados, caracteriza-se a passagem ao acto de ambas as organizações de personalidade, percebendo de acordo com o modo de funcionamento dos sujeitos, o que os leva a ultrapassar o seu limite psíquico.

Por último, aplica-se a Técnica de Profiling Criminal, com o auxílio da tabela 2, que vai permitir traçar o perfil criminal de cada sujeito, procedendo posteriormente através da análise de todos os perfis traçados individualmente, chegar a um perfil criminal característicos de cada organização de personalidade.

BIBLIOGRAFIA

- Alison, L., McLean, C., & Almond, L. (2007). Profiling Suspects. In T. Newburn, T. Williamson, & A. Wright, *Handbook of Criminal Investigation* (pp. 493-516). Willan Publishing.
- American Psychiatric Association (2002). *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DMS-IV-TR) (4ª Edição-Revista)*. Lisboa: Climepsi.
- Anciães, A. (1999). *Psicopatia e Agressividade: Contribuição para a sua Compreensão através do Rorschach e do Mini-Mult*. Lisboa: Universidade Lusófona e Humanidades e Tecnologias. Não editado.
- Belloch, A., Sandín, B., & Ramos, F. (2009). *Manual de Psicopatología vol.II*. Madrid: McGrawHill.
- Chabert, C. (2003). *O Rorschach na Clínica do Adulto*. Paris: Climepsi.
- Chartier, J. P. (2003). *Guérir après Freud*. Dunod.
- Correia, E., Lucas, S., & Lamia, A. (2007). Profiling: uma técnica auxiliar de investigação criminal. *Análise Psicológica*, pp. 595-601.
- Gonçalves, R. A. (2001). Versão Portuguesa da Checklist de Psicopatia-Revista (PCL-R) de Robert Hare. Minho, Braga, Portugal.
- Holmes, S. T., & Holmes, R. M. (1996). *Profiling Violent Crimes*. SAGE Publications.
- Jeammet, N., Neau, F., & Ruossillon, R. (2003). *Narcissisme et Perversion*. Paris: Dunod.
- Moita, V. (1983). A Angústia como Conceito Operatório na Técnica Projectiva de Rorschach. *Análise Psicológica*, pp. 5-16.
- Montet, L. (2000). *Tueurs en série*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Romero, J. M. (s.d.). *Psicópatas Integrados*. Madrid: Editorial EOS .
- Schlesinger, L. (2009). Psychological profiling: Investigative implications from crime scene analysis. *The Journal of Psychiatry & Law*, 73-84.

- Silva, J. P. (1994). O Rorschach na Avaliação Psico-Legal: do Uso ao Abuso. *Análise Psicológica* , pp. 485-491.
- Teixeira, V., & Marques, M. E. (2009). O Buraco Negro na Patologia Limite: Um Contributo para a Técnica Rorschach. *Análise Psicológica* , pp. 281-293.
- Traubenberg, N. R. (1970). *A Prática do Rorschach*. França: Presses Univresitaires de France.
- Traubenberg, N. R. (1983). Representação de Si e Relação do Objecto. Grelha de Representação de Si. *Análise Psicológica* , pp. 31-40.

ANEXO I - CRITÉRIOS DE DIAGNÓSTICO PARA PERTURBAÇÃO ANTI-SOCIAL DA PERSONALIDADE (DSM-IV-TR)

- A. Padrão persistente de desrespeito e violação dos direitos dos outros ocorrendo desde os 15 anos, indicado por 3 (ou mais) dos seguintes:
- (1) Incapacidade para se conformarem a normas sociais no que diz respeito a comportamentos legais como é demonstrado pelos actos repetidos que são motivos de detenção
 - (2) Falsidades, como é demonstrado por mentiras e alibis, ou contrariar os outros para obter lucro ou prazer
 - (3) Impulsividade ou incapacidade para antecipar
 - (4) Irritabilidade e agressividade, como é demonstrado pelos repetidos conflitos e lutas físicas
 - (5) Desrespeito temerário pela segurança de si próprio e dos outros
 - (6) Irresponsabilidade consistente, como é demonstrado pela incapacidade repetida para manter um emprego, ou honrar obrigações financeiras
 - (7) Ausência de remorso, como é demonstrado pela racionalização e indiferença com que reagem após terem magoado, maltratado ou roubado alguém
- B. A pessoa ter uma idade mínima de 18 anos.
- C. Haver evidência de Perturbação do Comportamento antes dos 15 anos.
- D. O comportamento anti-social não ocorrer durante a evolução de Esquizofrenia ou de um Episódio Maníaco.

ANEXO II - PSICOPATHY CHECKLIST REVISED (PCL-R)

De acordo com o autor deste instrumento, Robert Hare (1996, cit por Romero, 2010), os psicopatas podem ser definidos como indivíduos desprovidos de consciência, de sentimento de culpa e que alcançam os seus objectivos sem olhar a meios, transgredindo regras, normas e expectativas sociais. São caracterizados pelo seu encanto superficial, manipulação, ausência de remorsos, intimidação e recursos a violência aquando da necessidade de satisfazer a suas próprias vontades e egocentrismo.

Assim, ao elaborar esta Checklist o autor definiu dois factores avaliativos compostos por diferentes traços:

Factor 1: Traços de Personalidade e Emoções	Factor 2: Traços de Desvio Social e Conduta Anti-social
1. Loquacidade/Volubilidade/Encanto Superficial 2. Sentido Grandioso do Valor de Si Próprio (Autoconceito grandioso) 1. Mentira Patológica 2. Estilo Manipulativo 3. Ausência de Remorsos ou Sentimentos de Culpa 4. Superficialidade Afectiva 5. Insensibilidade/Ausência de Empatia 16. Não-Acatamento de Responsabilidades pelas suas Acções	3. Necessidade de Estimulação/Tendência para o Tédio 6. Estilo de Vida Parasita 7. Défice de Controlo Comportamental 12. Comportamento Problemático Precoce 13. Ausência de Objectivos Realistas a Longo Prazo 14. Impulsividade 15. Irresponsabilidade 18. Delinquência Juvenil 19. Revogação de Medidas Alternativas à Pena de Prisão ou Medidas Flexibilizadoras da Pena de Prisão
Traços que não encaixam em nenhum dos factores principais	11. Comportamento Sexual Promícuo 17. Relacionamentos Conjugais Numerosos e de Curta Duração 20. Versatilidade Criminal

Tabela 1 – Distribuição dos itens da PCL-R (e.g., Hare, 1991, cit por Gonçalves R. A., 2001 em *Versão Portuguesa da Checklist de Psicopatia-Revista (PCL-R) de Robert Hare*).

Relativamente à caracterização deste instrumento, a PCL-R é composta por uma entrevista semi-estruturada com uma duração de aplicação entre uma hora e meia e duas horas, podendo ser repartida por várias sessões para não se tornar demasiado intrusiva e

maçadora para o sujeito. Esta entrevista remete para conhecimento acerca dos principais aspectos relativos à vida do indivíduo, nomeadamente: história escolar, história profissional, objectivos profissionais, situação financeira, saúde, vida familiar, relacionamentos interpessoais e sexuais, consumo de drogas, comportamento anti-social na infância e adolescência, comportamento anti-social adulto, questões gerais e outras informações.

A entrevista é posteriormente complementada com a consulta dos processos institucionais, podendo ser utilizado um guião de registo de dados. Esta pode ser omissa sempre que os ficheiros retenham todas as informações actualizadas e completas relativas à recolha dos dados acima descritos.

No que respeita à administração da PCL-R, esta pode ser feita individualmente e gravada em vídeo, caso contrário terá que ser aplicada por dois administradores para garantir a recolha total dos dados sem que se percam informações relevantes. O administrador deve iniciar a aplicação com a seguinte afirmação: “*Vou fazer umas perguntas de carácter geral sobre a sua situação actual e passada, sinta-se à vontade para responder aquilo que quiser ou até não responder.*” Se o indivíduo não manifestar nenhuma objecção, introduz-se a primeira área temática da seguinte forma: “*Lembra-se do tempo em que andava na escola?*”; e em seguida passa-se ao guião da entrevista.

Por conseguinte, a cotação é realizada após a entrevista acima descrita e complementada com a consulta dos dossiers institucionais e informações obtidas junto de profissionais, nomeadamente, técnicos, policias e guardas prisionais que contactem com o sujeito. Os itens obedecem a uma escala de cotação de 0 a 2, sendo: 0 correspondente a características que não se aplicam, i.e., o indivíduo não exhibe os traços ou comportamentos, ou são opostos ao pretendido com o item; cota-se 1 quando se aplicam parcialmente, existem aspectos que se adequam mas não na sua totalidade, ou que de certa forma causam algumas dúvidas para cotação de 2; por último, o 2 aplica-se quando os traços entejam presentes na sua totalidade ou quase na totalidade. Em síntese: 0 – não; 1 – talvez/alguns aspectos; 2 – sim.

Para não enviesamento dos dados é importante ter em consideração o funcionamento típico do indivíduo e não o seu estado actual. Neste sentido, se o sujeito na altura da entrevista se encontrar perturbado, a cotação deve ter apenas por base as informações obtidas através dos dossiers, isto porque, esta checklist pretende avaliar

traços, não estados. Outro aspecto importante refere-se à omissão de itens sempre que as informações sejam pouco concisas, contraditórias ou pela sua insuficiência.

Segundo Gacono e Hutton (1994, cit por Gonçalves, 2007), a cotação obedece a uma ordem específica. Deve iniciar-se pelos três últimos itens (20, 19, 18) e posteriormente o 12, 17 e 11. Pela interligação que apresentam prossegue-se o 3, o 14 e o 15 e depois o 9 e o 10. Seguem-se os itens, 6, 7, 8 e 16. Após, cota-se o 1, 2, 4 e 5 e para terminar o 13. Esta caracterização é feita de acordo com o nível de objectividade e estruturação dos itens que obedece a uma ordem decrescente. Já o agrupamento releva ao parentesco conceptual e factorial dos itens.

Após esta primeira fase de cotação, prossegue-se à cotação em si. Os scores atribuídos a cada item são marcados na folha de resposta que já contem os factores divididos. Procede-se com o cálculo da pontuação final que tem que ser transformada em percentis para aceder a um perfil. Desta forma, segundo Hare (1991, cit por Gonçalves, 2007), um resultado final de 30 ou mais pontos indica a existência de psicopatia. Esta, na sua forma moderada refere-se a sujeitos que pontuem entre 20 e 29 pontos. A ausência da psicopatia surge abaixo dos 20 pontos. Outros autores consideram uma margem entre os 25 e 32 pontos para delimitar o “começo” da psicopatia.

O criador da PLC-R referiu dois factores frequentes no enviezamento da cotação: o efeito de *halo* e do *nice guy bias*. O primeiro traduz a atribuição de cotações com base numa impressão geral do sujeito; e o segundo remete para cotações baixas em todos os itens.

Para terminar, torna-se relevante referenciar a modificação que o item 19 sofreu aquando da tradução e aferição da PCL-R para a população portuguesa. Inicialmente referia-se apenas à revogação da liberdade condicional (“*revocation of conditional release*”), mas que na sua explicação abrangia outras medidas, nomeadamente de alteração.

GUIÃO DA ENTREVISTA

Nome _____ Profissão _____

Idade _____ Data de nascimento ____/____/____ Sexo _____

A – História Escolar

1. Em quantas escolas primárias andou? (Porque é que mudou de escolas?)
2. Em quantas escolas secundárias andou? (Porque é que mudou de escolas?)
3. Como era a sua frequência à escola? (Faltas, fugas – com que idades)
4. Que curso/ano concluiu? (Alguma vez reprovou? Porquê? Em que idade?)
5. Como era para si a escola? (O que é que gostava/não gostava? Achava-a “chata”? Custava-lhe estar com atenção? Lembra-se do que é que os professores diziam de si, e.g., “cabeça no ar”, irrequieto,...?)
6. Como é que se dava com os seus colegas na escola? (Tinha amigos mais chegados?)
7. Como era o seu comportamento na escola? (Alguma vez cometeu brutalidades ou meteu-se em sarilhos por coisas como, perturbar a aula, estar bêbedo ou drogado, fazer vigarices, roubar, etc.? – Quantas vezes? Com que idade?)
 - a. Metia-se em brigas? Com que frequência? Em que idade(s)? Quem é que começava as brigas?
 - b. Alguma vez aleijou alguém com gravidade nessa altura?
 - c. Alguma vez foi suspenso(a) ou expulso(a)? Quantas vezes? Porquê? Em que idade(s)?
8. Concluiu o seu curso secundário? (Se não, desistiu da escola? Quando? Porquê?)
9. O que é que fez depois de deixar a escola?
10. Fez alguma formação complementar, e.g., cursos técnicos, formação profissional? Descreva.

B – História Profissional

1. Com que idade começou a trabalhar?
2. Quantos empregos diferentes é que teve?
3. Qual foi o que durou mais? E o que durou menos?
4. Questões para os três ou quatro empregos mais recentes ou duradouros:
 - a. Qual era o posto e os deveres?
 - b. Por quanto tempo e quando?
 - c. Gostava/achava “chato”?
 - d. Salário?
 - e. Porque é que saiu? Despediu-se ou foi despedido(a)?
5. Acha-se um (a) empregado(a) de confiança?
6. Esforça-se no trabalho? Como é que os seus patrões o/a descrevem?
7. Alguma vez teve problemas no emprego? Por atraso? Por absentismo, bebidas, drogas, etc.? Quantas vezes? Em que idade(s)?
8. Alguma vez foi despedido(a)? Quantas vezes? Em que idade(s)?
9. Alguma vez deixou um emprego sem ter outro garantido? (Quantas vezes? Em que idades?)
10. Já alguma vez esteve desempregado(a)? (Quantas vezes? Em que idade? Por quanto tempo? Como é que se sustentava? Procurou emprego?)
11. Alguma vez recebeu subsídio de desemprego, segurança social ou outra forma de assistência social? (Quantas vezes? Em que idades?)
12. Como é que se sustentava em liberdade?
 - a. Alguma vez contou com alguém para lhe dar de comer, dinheiro ou alojamento? Quem? Quantas vezes? Em que idade(s)? Por quanto tempo?
 - b. Alguma vez se sustentou através de actividades criminosas, e.g., venda de droga, roubos, extorsão de dinheiro, prostituição, proxenetismo, fraudes, etc.? Com que idade?

C – Objectivos Profissionais

1. Há algum posto ou ocupação que gostaria de ter? (Há quanto tempo queria isso? Que planos ou preparação fez para obter esse posto? Que formação/treino seriam precisos?)
2. Quais são os seus planos após a libertação? (Onde é que vai viver? Que meios de sustento?)
3. Tem objectivos a longo prazo? (Onde é que gostaria de estar daqui a 10 anos?)
4. Que problemas é que acha que vai ter para atingir esses objectivos?

D – Situação Económica

1. Alguma vez pediu empréstimo a pessoas ou bancos? (Quanto? Com que idade? Pagou? Porquê?)
2. Tem conta no banco? (Como é que está o seu saldo? Alguma vez falhou no pagamento das suas contas? Quantas vezes? Com que idade?)
3. Alguma vez teve de pagar pensão de alimentos? (Quanto? Foi ordenada pelo tribunal? Pagou? Teve falhas no pagamento?)

E – Saúde

1. Tem problemas de saúde graves? (Descreva-os. Quando começaram?)
2. Alguma vez consultou um psicólogo ou psiquiatra?
 - a. Porquê? Em que idade? Em liberdade ou na prisão? Qual foi o diagnóstico? Que tratamentos recebeu?
3. Alguma vez foi hospitalizado(a) por causa de doenças mentais? Quais? Em que idade?
4. Em criança, alguma vez foi diagnosticado como “hiperactivo(a)”, muito turbulento(a)/irrequieto(a)? (Por quem? Com que idade? Teve algum tratamento?)

5. Alguma vez tomou medicamentos para os nervos/cabeça? (Quais? Posologia? Para quê? Quem os receitou?)
6. Alguma vez se tentou suicidar? (Quantas vezes? Porquê? Em que idade? Foram tentativas sérias ou só para chamar a atenção?)

F – Vida Familiar

1. Foi criado(a) pelos seus pais biológicos? (Nunca viveu com mais ninguém, padrasto/madrasta, pais adoptivos, família de acolhimento, lar, etc? Quem? Com que idade? Qual a razão?

a. Questões sobre o lar parental:

1. Como era a vida lá em casa?
2. Como é que se dava com os seus pais? Descreva-os. Eram afectuosos para si? Em que é que trabalhavam? Davam-se bem? Discutiam muito? Brigavam? Alguma vez se separaram? Como é que isso o(a) afectou?
3. Tinha irmãos ou irmãs? Dava-se bem com eles?
4. Havia disciplina em casa, as coisas eram rígidas? Havia muitas regras? Quantas vezes quebrou as regras, e.g., desobediências, mentiras, fugas de casa, furtos? Em que idade? Porquê? Foi castigado(a)?
5. Alguém em sua casa teve problemas com a polícia/tribunais? O que é que aconteceu?
6. Alguém em sua casa teve problemas mentais ou físicos graves? Quem? E problemas com o consumo de álcool ou drogas?

b. Questões sobre lares substitutos:

1. Como é que era lá a vida?
2. Quem é que vivia lá mais? Como é que se dava com eles?
3. Havia lá disciplina, as coisas eram rígidas? Havia muitas regras? Quantas vezes quebrou as regras, e.g., desobediências, mentiras, fugas de casa, furtos? Em que idade? Porquê? Foi castigado(a)?
4. Alguém lá teve problemas com a polícia/tribunais? O que é que aconteceu?
5. Alguém lá teve problemas mentais ou físicos graves? Quem? E problemas com o consumo de álcool ou drogas?

6. Alguma vez foi vítima de abuso físico, sexual ou emocional? (Por quem? Com que idade? O que é que aconteceu?)
7. Que idade tinha quando saiu de casa? (Porquê?)
8. Alguma vez se “fez à estrada” e viajou sem planos? (Com que idade? Qual foi o maior período de tempo que esteve ausente? Onde foi? O que fez? Disse a alguém onde ia?)
9. Como é actualmente o seu relacionamento com a sua família? (Quantas vezes contacta com eles? O que é que eles fazem agora? Como é que eles estão?)

G – Relacionamento Interpessoal/Sexual

1. Quantos relacionamentos de vida em comum já teve? (Hetero/homossexuais? Quantas vezes esteve casado ou viveu em comunhão de mesa e habitação?)
 - a. Se a pessoa teve numerosos relacionamentos perguntar porquê.
 - b. Se a pessoa nega a existência de qualquer relação de vida em comum, perguntar se teve algum namoro sério ou se teve algum relacionamento homossexual.

Para três dos mais recentes ou mais longos relacionamentos de vida em comum, perguntar:

1. Quanto tempo duraram? Que idade tinha quando os iniciou?
2. Descrever os parceiros. O que é que gostava mais neles? Estava apaixonado ou era só uma atracção física?
3. Os relacionamentos eram estáveis? Discutiam muito? Alguma vez tiveram disputas físicas?
4. Porquê e como é que acabaram? Quanto tempo levou a “recompôr-se”?
5. Alguma vez esteve profundamente apaixonado(a)? (Por quem?)
6. Com que idade teve a sua primeira relação sexual? (Foi com um(a) parceiro(a) estável ou com um conhecimento casual?)
7. Quantos(as) parceiros(as) sexuais diferentes teve? (Quantos foram conhecimentos de uma noite?)

8. Alguma vez teve relacionamentos com mais de um(a) parceiro(a) ao mesmo tempo?

(Fale-me disso.)

9. Alguma vez foi infiel à sua parceira/ao seu parceiro? (Quantas vezes? Em que idade? A(o) parceira(o) veio a saber? Qual foi a reacção dela(e)?

10. Tem filhos ou enteados? (Quantos? Idades? Datas de aniversário? Em que ano escolar estão?)

11. Quem é a mãe/o pai? Durante quanto tempo a(o) conheceu?

12. Como é o seu relacionamento com os seus filhos? Quantas vezes contacta com eles?

H – Consumo de Drogas

1. Consome álcool ou drogas? (Quais? Desde quando?)

a. Alguma vez abusou seriamente de drogas ou álcool? Já foi dependente?

b. Porque motivo consome drogas? (Estimulação, “fuga”, relaxe?)

c. O álcool ou as drogas alguma vez interferiram seriamente na sua vida? Já fez alguma coisa perigosa ou teve problemas por estar bêbado(a) ou drogado(a), e.g., conduzir, meter-se em brigas, ser preso, etc.?

2. Alguma vez fez coisas loucas ou perigosas só por divertimento/brincadeira? (Que género de coisas? Em que idade?)

3. Com que frequência se envolve em brigas? (Alguma vez perdeu o “controle”? Qual foi o pior ferimento que fez a alguém?)

I – Comportamento Anti-Social na Infância e Adolescência

1. Quando era novo(a) fez alguma brutalidade fora da escola, e.g., vandalismos, atear fogos, maldades em animais, furtos...?

a. O quê? Quantas vezes? Em que idade(s)?

- b. Alguma vez foi apanhado(a)? Como é que foi punido(a)? Como é que se sentiu com isso?
2. Alguma vez teve problemas com a polícia quando era miúdo(a) (< 12 anos)? (Porquê? Com que idade?)
3. Foi preso(a) quando era jovem (< 18 anos)? (Quantas vezes? Em que idades? Porquê? Foi condenado?)
4. Que idade tinha quando começou a cometer crimes? (Que género de coisas fazia?)
 - a. Alguma vez cometeu um crime e não foi apanhado?

J – Comportamento Anti-Social Adulto

1. Porque é que está condenado(a) agora (ou do que é que foi acusado/a)?

Para cada crime/acusação perguntar:

- a. O que é que aconteceu? O que é que fez? O que é que a polícia diz que você fez?
 - b. O crime foi por acaso ou foi planeado?
 - c. Cometeu o crime sozinho(a) ou houve mais alguém envolvido?
 - d. Conhecia a vítima?
 - e. Estava bêbado(a) ou drogado(a) quando cometeu o crime?
 - f. Como é que foi preso(a)?
2. Acha que as acusações/pena que cumpre afectará a sua vida futura? (Como?)

Para os(as) que cumprem pena:

1. Quanto tempo está a cumprir? Acha uma pena justa?
2. Teve advogado? O que acha do trabalho dele?
3. Que outro tipo de crimes o (a) levaram à prisão em adulto?
4. Qual foi o crime mais grave que cometeu? Descreva-o.
5. A quem se deve a culpa dos crimes que cometeu?
6. Porque é que comete crimes?
7. Porque é que começou a cometer crimes?

Se assume responsabilidade pessoal, perguntar:

- a. O que é que poderia ter feito para evitar o crime?
- b. Alguma vez tentou deixar de cometer crimes?
8. O que é que poderia ajudá-lo(a) a afastar-se do crime?
9. Está arrependido(a) dos crimes que cometeu? Porquê?
10. Que efeito é que tiveram os seus crimes nas vítimas (Como é que se sente ao pensar nas vítimas? Teve contacto com elas?)
11. Os seus crimes são mais impulsivos (raiva do momento) ou planeados?
12. O que é que sente quando comete um crime? (Está nervoso? Excitado? Assustado? Gosta de cometer crimes?)
13. Alguma vez cometeu crimes e não foi apanhado(a)? (Quais? Quantas vezes? Em que idades?)
14. Já usufruiu de medidas alternativas à pena de prisão (regime de prova, pena suspensa, pena de trabalho a favor da comunidade, multas)? (Quais? Quantas vezes? Em que idade? Alguma vez lhe foi revogada? Porquê?)
15. Já usufruiu de liberdade condicional? (Quantas vezes? Em que idade? Foi revogada? Porquê?)
16. Alguma vez usou alcunhas ou nomes falsos? (Porquê? Quais? Quantas vezes?)

K – Questões Gerais

1. Sem ser crimes, alguma vez fez alguma coisa de que se arrependa ou pela qual se sentiu culpado (a)? (O quê? Porque é que se sentiu mal?)
2. Mesmo que o preço valesse a pena, há alguma coisa que não faria? O quê?
3. Quando trabalha durante muito tempo numa coisa, aborrece-se com facilidade?
4. Mente muito? (Quantas vezes? É bom a mentir?)
5. Acha que as pessoas são fáceis de “levar” ou manipular? Já fez isso? Dê exemplos.
6. As pessoas dizem que tem “mau feitio”? (Que género de coisas o põem mesmo zangado? O que é que faz quando está zangado?)
7. Quantos amigos íntimos é que tem? (Há quanto tempo é que os conhece? Continua em contacto com eles? O que é que faz alguém um “amigo íntimo”?)

8. Como é que se sente a si próprio(a)? (Como é que está a sua auto-estima? Atribua um ponto a si próprio numa escala de 0 a 10.)
9. Morreu-lhe alguém chegado? (Como é que isso o afectou e como é que lidou com a situação? Foi ao funeral?)
10. Alguém que lhe seja muito chegado esteve muito doente? (Como é que isso o afectou e como é que lidou com a situação? Foi ao hospital?)
11. O que é que mais o(a) entristeceu (deprimiu)?
12. O que é que o tornou mais feliz?
13. Está satisfeito (a) com a vida até agora? (Há alguma coisa que lhe faça falta? O quê? Há alguma coisa que precisa ser melhorada?)

J – Outras Informações (Registo de Comentários)

FOLHA DE COTAÇÃO

Nome: _____

Técnico(s): _____ Data: ____/____/____

Cotações possíveis	Items
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissso	1. Loquacidade/Encanto Superficial
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissso	2. Sentido Grandioso do Valor de Si Próprio
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissso	3. Necessidade de Estimulação
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissso	4. Mentir Patológico
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissso	5. Estilo Manipulativo
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissso	6. Ausência de Remorsos ou de Culpa
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissso	7. Superficialidade Afectiva
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissso	8. Insensibilidade / Ausência de Empatia
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissso	9. Estilo de Vida Parasita
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissso	10. Deficiente Controlo Comportamental
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissso	11. Comportamento Sexual Promíscuo
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissso	12. Comportamento Problemático Precoce
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissso	13. Ausência de Objectivos Realistas
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissso	14. Impulsividade
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissso	15. Irresponsabilidade
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissso	16. Não Acatamento de Responsabilidades
Até aos 30 anos (0 = 0-1; 1 = 2; 2 = 3 ou +); Mais de 30 anos (0 = 0-2; 1 = 3; 2 = 4 ou +); x = omissso	17. Relacionamentos Conjugais Numerosos
0 = sem ofensas; 1 = simples; 2 = grave; x = omissso	18. Delinquência Juvenil
0 = sem revogações; 1= simples; 2 = grave; x = omissso	19. Revogação de Medidas
0 = 0-3; 1 = 4-5; 2 = 6 ou mais; x = omissso	20. Versatilidade Criminal

Pontuação total

ANEXO III – CHECKLIST DA PERVERSÃO

(Versão experimental de Mafalda Gonçalves, 2013)

Esta Checklist surge devido à necessidade de um instrumento que possa avaliar o grau de perversão de um sujeito. Será experimentada e avaliada, quanto à fidelidade e validade, no decorrer do presente estudo com o auxílio da Técnica Projectiva de Rorschach, visto esta constituir-se uma prova projectiva capaz de ilustrar o funcionamento psíquico de um indivíduo.

A presente Checklist tem como único constructo a “perversão”. Direcção-se a sujeitos com idade superior a 18 anos, visto uma organização de personalidade só se poder definir, de acordo com as normas internacionais, a partir da idade adulta.

Será composta por 14 itens divididos por dois factores:

Factor 1 - Traços de personalidade	Factor 2 - Manifestações Comportamentais
1.Manipulação/Sedução	5.Tomada de posição de carácter rígido
2.Tendência à mentira	7.Compulsividade
3.Sentir Onnipotente	8.Comportamento sexual transviado
4.Traços narcísicos	9.Fantasias desencadeadoras de stress e preocupação excessiva
6.Irrealidade comportamental/ausência da noção de culpa	12.Comportamentos aditivos
10.Dificuldades nas relações interpessoais	13.Impulsividade
11.Angústias de carácter depressivo	14.Comportamento criminal (troféus)

A sua aplicação consistirá na realização de uma entrevista que deverá abordar:

- a. Infância: tipo de relações familiares, descrição dos progenitores/cuidadores;
- b. Percorso Escolar e Profissional: relação com colegas, professores, chefes;

- c. Vida Social: capacidades para relacionar-se socialmente, tipo e duração das amizades;
- d. Relacionamentos afectivos: tipo, duração;
- e. Vida sexual: comportamentos sexuais, impulsos;
- f. Comportamentos aditivos: consumo de álcool, drogas, outros.
- g. Criminalidade: juvenil, em idade adulta, compulsividade, tipologia de crimes, troféus.

Relativamente à cotação, esta checklist remete para uma escala de 3 pontos, nos quais se indica se as características se encontram ausentes (0), possivelmente presentes (1) ou presentes (2). Para se considerar um sujeito perverso, é necessária a presença da cotação “2” em todos os itens, o que corresponde a um total de 28 pontos.

ANEXO IV - TÉCNICA PROJECTIVA DE RORSCHACH

A Técnica Projectiva de Rorschach foi criada por Hermann Rorschach, um médico psiquiatra suíço, em 1921. Este, nas suas horas fora de expediente, procurava compreender as capacidades criadoras do ser humano e forma como estas se inscreviam na dinâmica da personalidade (Traubenberg, 1970). Foi também o pioneiro da utilização de estimulação visual para o estudo da personalidade, defendendo que a sua prova era composta por uma variável, a qual só teria significado real quando interpretada no contexto global da mesma, uma interacção de dados e interdependência de factores que reflectem a organização dinâmica da personalidade de cada indivíduo (Traubenberg, 1970).

O Rorschach constitui-se um instrumento de grande valor na avaliação psicológica, pois permite o acesso, através das manchas, à realidade interna do sujeito facultando a possibilidade de acesso ao funcionamento mental (Teixeira & Marques, 2009). O sujeito, tendo como ponto de partida o estímulo visual referente à realidade externa (mancha), organiza-se psiquicamente para poder fornecer uma resposta, sendo esta a expressão das representações fantasmáticas (Silva, 1994).

Desta forma, “o Rorschach vai permitir uma elaboração da percepção em função das preocupações essenciais do sujeito, dos modos de organização da sua relação com os objectos e dos fantasmas e afectos subentendidos nas palavras-imagens que ele vai dar: todo um campo aberto às suas associações pela indução de projecção, tornada passível graças ao carácter impreciso do material” (Chabert, 2003, p.31).

Esta prova, permite um envolvimento entre a actividade perceptiva e a actividade fantasmática que trás a descoberto o funcionamento psíquico do sujeito na sua forma mais genuína (Silva, 1994). É a *“percepção versus projecção, da representação entre real e imaginário, realidade externa e realidade interna, das representações e dos afectos...é possível avaliar o grau de coerência interna, a estabilidade dos limites, mas também o modo da relação de objecto, o tipo de angústia específica e o registo dominante das modalidades defensivas” (Silva, 1994, p. 489).*

A projecção define-se assim, como um sentimento de origem interna que é vivido pelo sujeito como algo que não lhe pertence, são desejos e emoções não aceites por ele,

imparcialmente inconscientes e atribuídos à realidade externa (Anciães, 1999). O Rorschach sendo um teste projectivo, desperta uma situação projectiva na qual através de uma referência ao real e por meio das manchas, da materialidade do teste, permite, tendo o imaginário como intermédio, emergir os mecanismos projectivos (Chabert, 2003).

Com grande ligação à teoria Winnicottiana, pode-se afirmar que uma mancha, observada de uma forma banal e muito próxima do real, é investida psiquicamente tornando-se um caminho de demonstração de um cenário fantasmático repleto de emoções e representações admitidas pelo indivíduo (Chabert, 2003). Assim, *“propor uma simbolização tripartida das respostas é reduzir a uma só fórmula o espaço, a maneira de o viver e de situar o seu desejo. É reconhecer essa exigência, inerente ao ser humano, de dar sentido a todo o espaço demasiado vazio ou demasiado preenchido”* (Traubenberg, 1983, p.20).

Por outro lado, surge a noção de transferência, que segundo Schafer (1954 cit por Chabert, 2003), remete para diversas características que impelem a uma relação transferencial, nomeadamente, a reactivação de movimentos regressivos que levam a uma diminuição do controlo do sujeito o que permite aos conflitos, inerentes aos desejos e frustrações, emergir com mais facilidade.

O estímulo que o Rorschach emana, origina no sujeito uma repressão profunda, que faz com que este accione mecanismos de defesa como forma de apaziguar as suas angústias mais primitivas (Anciães, 1999). A própria forma como se inicia a prova e ambiguidade do estímulo apresentada, leva o indivíduo a atribuir-lhe conteúdo, desencadeando uma diversidade conflitos. A angústia sentida pela perda de forma, remete para experiências primitivas relacionadas com a representação do seu corpo, dos seus limites. Desta forma, o Eu sentindo-se ameaçado vai tentar manter ordem e equilíbrio, mas para tal, reproduz uma forma específica de angústia, “angústia sinal, sendo que simultaneamente desencadeia processos de defesa como forma de lidar com esta mesma angústia. Posto isto, o indivíduo tenderá a uniformizar a mancha, conferindo-lhe um sentido e uma estrutura, assumindo o equilíbrio antes perdido e organizando a percepção, não só em função da estrutura do estímulo mas também de acordo com a sua experiência (Moita, 1983).

A linguagem verbal toma um papel relevante na instrução, fazendo um apelo à imaginação e à pertença da realidade interna do sujeito relativamente à realidade externa, as pranchas, levando a que o indivíduo seja “*confrontado aqui com uma dupla exigência: vai mostrar-nos em que medida e como se organiza para encarar o seu mundo interno e o seu meio, o que é uma situação característica, à imagem da vida, dado que se trata de se confrontar com os limites impostos pela realidade, deixando lugar ao possível, ao imaginário e aos fantasmas*” (Chabert, 2003, p.32).

Todas as respostas do sujeito se constituem por percepções sensoriais preenchidas subjectivamente, que podem ir de associações simples, comportando uma semelhança formal da mancha, até formas associativas mais complexas elaboradas a partir de acontecimentos ou sensações vividas (Traubenberg, 1970, Chabert, 1998 cit por Anciães, 1999).

Os modos de apreensão remetem para a abordagem do mundo, relações de objecto e imagem de si, e são a base dos mecanismos de defesa para lidar com estas temáticas (Anciães, 1999). Os distintos determinantes, constituintes dos modos de apreensão, utilizados pelo sujeito, demonstrarão as capacidades de adaptação e percepção ao estímulo, assim como a sua capacidade para se libertar do mesmo e alcançar por meio da sua experiência um suporte organizativo e ajustamento ao estímulo (Anciães, 1999).

Segundo Schafer (1954 cit por Anciães, 1999), os determinantes podem ser interpretados mediante dois tipos de funcionamento mental: os movimentos regressivos (inerentes ao princípio do prazer) e os movimentos progressivos (inerentes ao princípio da realidade). Sendo assim, “*face à prova projectiva, seria livre o sujeito capaz de operar o shift constante entre mecanismos projectivos e mecanismos perceptivos, isto é, capaz de realizar uma integração das exigências internas e externas, de que o discurso dado ao Rorschach revelaria, pela sua elasticidade, a sua coerência e a sua riqueza, uma certa harmonia, ou um compromisso relativamente estável na sua dinâmica, entre os desejos e a barreira do real*” (Chabert, 2003).

De outro modo, as percepções cinestésicas constituem um conteúdo relevante na descoberta da dinâmica da personalidade. Segundo Anzieu (1988 cit por Anciães, 1999), estas percepções são reprimidas pelo consciente e projectadas nos sonhos, sendo que quando os sonhos se constituem por imagens estáticas, os movimentos foram

reprimidos. Assim, a cinestesia demonstra uma interiorização das emoções, da vida emocional.

Em contrapartida, Chabert (2003) remete as cinestésias para a sua ligação com o ego, devido ao papel mediador que exercem sobre os conflitos internos face às exigências do mundo externo. Já as respostas emocionais demonstram uma exteriorização da vida emocional, estando os conteúdos ligados a elaborações comparativamente semelhantes aos sonhos devido à utilização de mecanismos de defesa idênticos.

Desta forma, iremos agora analisar mais aprofundadamente esta técnica, considerada *“uma das mais estudadas e poderosas técnicas clínicas para a recolha de dados referentes às modalidades de funcionamento psíquico humano”* (Moita, 1983, p.5).

O Rorschach, é composto por dez cartões, todos eles simétricos, e que se dividem em acromáticos, cromáticos e policromáticos. Em cada cartão, a mancha que o compõe apresenta um conteúdo manifesto e um conteúdo latente, permitindo, desta forma, *“estabelecer as ligações que tornarão possível uma melhor compreensão do discurso do sujeito, uma vez que este se refere não só a um objecto real, mas a um objecto simbólico ou fantasmaticamente significante”* (Chabert, 2003 p.51).

Conteúdo Manifesto e Conteúdo Latente

Todos os cartões, pelas diversas características que partilham, comportam duas dimensões: uma dimensão estrutural e uma dimensão sensorial. A primeira diz respeito à construção formal dos cartões, enquanto a segunda remete para a presença de elementos cromáticos e acromáticos. Estas dimensões vão constituir-se a base para a análise dos protocolos, sendo a dimensão estrutural relacionada com a construção formal, e a dimensão sensorial à manifestação de afectos e sua forma (Chabert, 2003).

Mais aprofundadamente, quanto à dimensão estrutural, os cartões distinguem-se pelo seu carácter unitário, inteiro e maciço, ou pela sua configuração bilateral. A configuração unitária está relacionada com a simetria que uma mancha estabelece em torno de um ou mais eixos, estando estes mais ou menos evidentes e manifestos, e

remete para a projecção do corpo humano organizado simetricamente – cartões I, IV, V, VI e IX. Já na configuração bilateral, a simetria torna-se mais evidente e é percebida como um reflexo em espelho, remetendo para a representação das relações – cartões II, III, VII e VIII. Os cartões nesta dimensão, podem ainda dividir-se segundo: o seu carácter aberto, que reenvia para referências femininas e diz respeito aos cartões I, II, III, VII, VIII, IX e X; ou fechado, direccionado para simbolismos fálicos, como é o caso dos cartões I, IV, V e VI (Chabert, 2003).

Relativamente à dimensão sensorial, a distinção dos cartões diz respeito à sua cor, que por sua vez está associada à expressão dos afectos. Desta forma, os cartões cinzento-escuros ou com contrastes branco-preto – I, IV, V e VI – remetem para manifestações de inquietação, ansiedade, angústia, depressão, tristeza e luto. É de salientar ainda, que à excepção do cartão I que apresenta simultaneamente um registo fechado/aberto, todos os outros cartões cinzento-escuros são categorizados como compactos. Já os cartões II e III, combinam o branco e preto com o contraste do vermelho. A presença deste último remete para os afectos brutos, uma reactivação de movimentos pulsionais – sexuais e agressivos – e ainda, pela sua organização bilateral, induz a representação de relações. Por sua vez, o cartão VII, pelas suas características específicas deve ser considerado em separado. Tem uma configuração bilateral, uma construção aberta e oca e uma tonalidade cinzento claro, esbatido com grande envolvimento do branco, que desta forma reenvia para a ansiedade e depressão à semelhança dos cartões negros e cinzentos. Por último, os cartões pastel ou policromáticos – VII, IX e X – com uma dimensão estrutural distinta dos restantes e indutores de afectos, direccionados para a exteriorização das pulsões, podem revelar aspectos narcísicos, sobre a forma de prazer ou desprazer associados às respectivas falhas narcísicas (Chabert, 2003).

Chabert (2003) no que respeita ao conteúdo latente, afirma que “*é importante perceber o encontro do sujeito com o material, num reconhecimento mais ou menos explícito das referências simbólicas dos cartões, que se traduz, na melhor das hipóteses, por uma correspondência ressonante entre o conteúdo latente do estímulo e o conteúdo latente da resposta*” (p.62). Neste sentido, o clínico deve ter especial cuidado na interpretação do conteúdo latente das respostas do indivíduo, uma vez que também está sujeito à projecção e à contratransferência.

Perante diversos estudos e opiniões já descritas na literatura no que respeita ao conteúdo latente do Rorschach, Trautenberg (1970, 1990 cit por Chabert, 2003) enuncia três dimensões de análise para cada cartão, correspondentes às características objectivas do próprio material, a tonalidade emocional e a “solicitação simbólica latente privilegiada”.

Cartão I: este, sendo o primeiro cartão, é também o contacto inicial do sujeito com o psicólogo e com a prova, podendo remeter para a relação pré-genital com a mãe e despoletar aspectos negativos ou positivos, constituindo-se imagens de ameaça ou segurança, respectivamente. Por tudo isto, constitui-se igualmente a uma activação das forças defensivas, uma mobilização das defesas como resposta à mancha (Chabert, 2003).

Cartão II: devido à introdução dos vermelhos, este cartão faz emergir uma sensibilidade afectiva e emocional. Pode suscitar pulsões agressivas, sendo estas de cariz primário, explosão e dispersão, ou de um nível mais evoluído, a luta e a competição. Remete ainda para problemáticas pré-genitais de nascimento e relações precoces, simbióticas ou destrutivas, com a mãe (Chabert, 2003). E segundo Anzieu (1988 cit por Anciães, 1999), este cartão pode fazer emergir no sujeito, evocações sexuais devido ao seu carácter bissexual.

Cartão III: este cartão vem permitir, por norma, uma relação emocional positiva devido à sua estrutura menos centrada e pesada comparativamente aos anteriores. Pode remeter para a representação do casal, a identificação e representação de si face aos outros. Em posição inversa (V), o sentido da mancha pode ser direccionado para algo irreal, ameaçador e poderoso (Chabert, 2003).

Cartão IV: aqui, a tonalidade emocional é na sua maioria disfórica, provocando angústia e/ou desconforto pela dispersão da mancha e o preto intenso. É um cartão superegótico, fálico, imagem de potência, de autoridade, força e poder. Remete para a submissão ou dominação, estando presente uma imagem paterna ou uma imagem materna onnipotente (Chabert, 2003).

Cartão V: a tonalidade emocional, de uma forma geral, é neutra, excepto quando persiste a ansiedade resultante do cartão anterior, numa tonalidade disfórica, ou quando existe uma vertente narcísica, ou alívio perante uma realidade mais objectiva, levando a

uma tonalidade emocional eufórica. É um cartão que remete para a representação de si e para força do ego perante sentimentos de integridade psíquica e somática (Chabert, 2003).

Cartão VI: é um cartão que reporta à dimensão fálica, apesar de ser bissexuado. Pode salientar uma dinâmica de actividade/passividade, ou então a problemática da castração (Chabert, 2003). Segundo Anzieu (1988 cit por Anciães, 1999), o conteúdo latente deste cartão pode ainda comportar a forma como o sujeito se situa face à diferença entre si e o outro.

Cartão VII: existe aqui uma implicação simbólica extremamente direccionada para o feminino e o materno, o que reenvia para a própria relação primitiva com a mãe. Tem ainda uma tonalidade emocional que comporta uma reacção neutra ou negativa face ao carácter inacabado e desarticulado do estímulo (Chabert, 2003).

Cartão VIII: com a introdução das tonalidades pastel e disposição da mancha, este cartão reenvia para a comunicação, para o social, para o mundo exterior e a afectividade, no caso de o sujeito relacionar as cores e as emoções, expressando os afectos e dando conta da expansão do ego (Chabert, 2003).

Cartão IX: o apelo à regressão é aqui dominante, tornando este cartão o mais regressivo de todos pela fluidez que apresenta. Estas posições regressivas podem ser vivenciadas positiva ou negativamente embora remetendo sempre para um simbolismo materno ou narcisismo pré-genital, podendo associar-se a fantasmas de gravidez ou nascimento (Chabert, 2003).

Cartão X: sendo uma mancha com aspecto fragmentado, a dispersão pode facilitar ou bloquear, pondo à prova a capacidade de unificação do sujeito, os limites e a fragmentação interna. Sendo o último cartão, a reacção emocional de ruptura pode tomar dois pontos, alívio ou ferida. À que ter em consideração a transferência que pode afectar o processo associativo, é por isso designado, “cartão de transferência”. Pode remeter, dependendo da centração do sujeito, para temas festivos e marinhos devido às cores que comporta (Chabert, 2003).

Não se centrando e cingindo demasiado no conteúdo latente, Chabert (2003) aborda também outras questões que ajudam a perceber mais aprofundadamente os cartões e as qualidades do Rorschach na sua completude e forma de perceber a personalidade de um

sujeito. Assim, serão aqui abordadas temáticas como a construção da imagem de si, a identidade e investimento da imagem de si, o reconhecimento da diferença de sexos e modelos de identificação, as representações das relações e as relações de amor e ódio.

A construção da imagem de si

Primeiramente, é de referir que os cartões compactos são os que melhor remetem para a projecção do corpo, embora nos restantes possa surgir uma angústia de desintegração pela forma como colocam em ênfase as capacidades de unificação do sujeito através da ausência de referências estáveis (Chabert, 2003).

O cartão I, através da sua configuração, proporciona uma projecção da imagem do corpo fragilizada ou unitária, tendo aqui uma resposta banal (borboleta ou morcego) o sentido de integração da unidade corporal como um todo (Chabert, 2003).

O cartão IV, não remete espontaneamente para a representação do corpo, mas a construção corporal delimitada e bem definida, pode ser percebida pelo tipo de organização feita perante a evocação da mancha a imagens de potência (Chabert, 2003).

O cartão V, por sua vez, é caracterizado como sendo o cartão da identidade e da representação de si. É um cartão que pode remeter para a integridade corporal, ou pelo contrário, para a representação fragmentada do próprio corpo. Segundo Chabert (2003), esta mancha pode colocar em evidência a fragilidade narcísica dos sujeitos, a problemática de identidade ligada à noção de *self*, e é o cartão que constitui a prova da realidade fundamental.

O cartão VI, embora seja compacto e simétrico, reenvia sobretudo para simbolismos sexuais, o que pode encobrir a projecção da imagem corporal (Chabert, 2003).

Em contrapartida, os cartões bilaterais e não compactos, testam a representação do corpo, pois o sujeito face a um estímulo disperso ou fragmentado, vai tentar obter uma apreensão global da mancha.

O cartão II é apreendido com um todo disperso nas suas formas mais arcaicas, no qual a lacuna no meio do cartão (o branco central) é sentida com uma falha corporal,

uma ranhura interna que testa o sujeito perante a sua capacidade de unificar e delimitar o interior e o exterior. A presença do vermelho vem reforçar a vivência destrutiva quanto ao interior corporal (Chabert, 2003).

O cartão III, pela sua semelhança muito próxima a uma silhueta humana, remete para a representação do corpo humano como um todo, e quando posto em causa, pode reenviar para uma angústia de desintegração (Chabert, 2003).

O cartão VII, embora enfatize de uma forma menos recorrente quanto às problemáticas da representação do corpo, a presença do branco e sua participação pode remeter para o vazio, a falta, colocando à prova os limites do dentro e fora (Chabert, 2003).

Por último, os cartões pastel surgem associados a preocupações hipocondríacas ou angústias de fragmentação. Estas manchas constituem um papel bastante relevante na percepção de imagem corporal, e também permitem discriminar os modos de apreensão dos tipos de funcionamento limite ou marcadamente dissociativos (Chabert, 2003).

O cartão VIII pode originar respostas anatómicas, e também respostas referentes a associações fragmentárias (Chabert, 2003).

O cartão IX é aquele que remete com mais ênfase para respostas relativas ao interior do corpo e para a capacidade de estabelecimento dos limites interiores e exteriores (Chabert, 2003).

Já o cartão X, pela dispersão perceptiva que emana, reenvia para a angústia de fragmentação, colocando à prova as capacidades de unificação corporal (Chabert, 2003).

A Identidade e o Investimento da Imagem de Si

O sentimento de identidade apoia-se na construção do esquema corporal, na capacidade do sujeito para reconhecer a diferença entre este e o objecto, e também a sua capacidade de reconhecimento ao mundo humano e distinção dos diferentes reinos que o universo comporta. *“O acesso à identidade supõe, assim, que os processos de*

individuação e de diferenciação tenham sido relativamente operantes e permitido, em particular, a desfusão e a separação” (Chabert, 2003, p.78).

Nos cartões compactos I e VI, era de esperar respostas unificadores, demonstrando uma referência sólida e securizante, mas quando tal não acontece e o sujeito percepção a mancha dividida num eixo, indica que a diferenciação entre si e o outro se torna um corte em duas partes não complementares, estranhas, embora idênticas. Já o cartão V é o que mais incide sobre a confusão de identidade, privilegiando as representações de identidade e narcisismo. Quando a componente narcisista está presente, o sujeito tende a recorrer a respostas consideradas banais (Chabert, 2003).

Os cartões bilaterais (II, III e VII), pela sua configuração e estrutura em espelho, fazem ressaltar problemáticas de ordem narcísica, podendo estas ser ou não acompanhadas de fragilidade identitária.

Por sua vez, os cartões pastel (VIII, IX e X) impelem a regressões intensas, remetendo também para problemáticas narcísicas na ordem da falha, sofrimento e depressão. Evidenciam a falta de suporte objectal que acarreta a insuficiência de investimento em si, resultado de uma vivência de ausência de satisfação na relação precoce com o meio, sendo sentida esta ausência relacional, como algo doloroso (Chabert, 2003).

O Reconhecimento da Diferença de Sexos e os Modelos de Identificação

O reconhecimento da diferença de sexos corresponde a uma identificação secundária, sendo assim, só ocorre quando a identidade primária se estabelece, quando é atingida. Os cartões que remetem para o simbolismo sexual, aqueles que evidenciam a valência masculina e feminina, permitem transparecer a bissexualidade psíquica do sujeito (Chabert, 2003).

O cartão II pode reenviar para problemáticas ligadas à angústia de castração, embora na sua maioria, as referências feitas sejam ao feminino. Estas podem ser elaboradas de diversas formas e abordadas perante fases essenciais do desenvolvimento psicosexual, nomeadamente: *“oco materno, fantasmas de nascimento, evocação de regras, fantasmas de castração, fantasmas de relações sexuais”* (Chabert, 2003, p.81).

A problemática de castração pode sobressair ainda através do evitamento destas formas de interpretação.

O cartão IV, expressa claramente o simbolismo sexual fálico, originando percepções identificatórias de ordem activa ou passiva. Este cartão pode também remeter para referências a uma imago materna pré-genital ou ser feita uma referência masculina. Desta forma, quando está adquirida a diferença de sexos, a apreensão da mancha corresponde a uma dimensão dinâmica e fálica por percepções de potência do masculino (Chabert, 2003). Por outro lado, quando é tomada uma posição passiva, este cartão pode remeter para fantasmas de índole mais destrutiva.

O cartão VII, através da sua configuração bilateral, remete para identificações femininas (Chabert, 2003).

O cartão III, sendo bissexuado, tende a identificações claras e sólidas, ou de outro modo, a oscilações penosas que remetem à centralidade que pode ter esta problemática (Chabert, 2003).

O cartão IX, *“muito saturado em simbolismo materno-feminino, pode, é claro, ser tratado sob o modo de identificação de todos os cartões que reenviam às imagos parentais”*(Chabert, 2003, p.83).

A Representação das Relações

De alguns cartões do Rorschach, ressaltam solicitações fantasmáticas relacionadas às imagos parentais e às especialidades das relações estabelecidas com essas imagos.

O cartão I, sendo o primeiro, acarreta grande simbolismo materno pelo apelo à primeira relação objectal. Pode ser feita uma referência à imago materna pré-genital, por vezes através de uma dimensão persecutória e destrutiva. Ou remeter para representações fantasmáticas com conotação fálica, correspondentes a uma imago materna forte e potente (Chabert, 2003).

O cartão VII, caracterizado como materno por excelência, não induz a imago materna de forma restrita, dando liberdade para relações desde as mais arcaicas às mais

evoluídas, embora reenviando sempre para a relação com o primeiro objecto (Chabert, 2003).

No cartão IX, denominado cartão uterino, a referência materna observa-se mais no contexto regressivo remetendo frequentemente para a água e temas alimentares, gestação e nascimento. Este cartão, é também possuidor de percepções de valência persecutória devido à vertente paranóide da relação com a imago materna (Chabert, 2003).

Já os cartões IV e VI, embora por norma associados à imago paterna, podem direccionar também para a imago materna ameaçadora, poderosa, perigosa e fonte de autoridade (Chabert, 2003).

Relações de Objecto de Amor e Ódio

Relativamente às relações de objecto de amor e ódio no Rorschach, os cartões que mais as salientam e facilitam sua manifestação são os bilaterais (II, III e VII), os vermelhos (II e III) e os pastel (VII, IX e X). Os cartões bilaterais, favorecem a expressão de relações de modalidades objectais ou narcísicas, agressivas e/ou libidinais, pela recorrência à percepção de animais e humanos em espelho. Já os cartões com cores, pela indução de afectos, emoções e pulsões, remetem para as relações e contactos estabelecidos com o mundo e objectos que o circundam (Chabert, 2003).

O cartão II, pela introdução da cor na prova, reactiva os modos relacionais de valência agressiva ou libidinal, levando a uma mobilização maciça dos investimentos pulsionais (Chabert, 2003).

O cartão III, pela indução mais acentuada da percepção de personagens humanas, torna a atenuação dos movimentos pulsionais menos evidente. Neste cartão é frequente o aparecimento de registo edipiano, através da referência à sexualidade ou rivalidade, dando origem ao aparecimento de fantasmas relacionais mais arcaicos, fusionais ou destrutivos (Chabert, 2003).

O cartão VII, remete também facilmente para encenações relacionais, particularmente femininas, no âmbito da imago materna. Pode ainda originar movimentos pulsionais regressivos.

Nos cartões pastel, pelas suas características cromáticas específicas que remetem para os afectos, “*serão reactivadas as manifestações mais antigas, primitivas de uma sensorialidade precoce, de uma vivência anterior à linguagem verbal, que se refere, no sujeito, a experiências de prazer e desprazer ligadas aos contextos iniciais que o abriram ao seu meio*” (Chabert, 2003, p.89).

No que respeita à aplicação do Rorschach, para iniciar torna-se relevante que o sujeito se encontre num ambiente calmo, que padeça de disponibilidade, vontade e atenção para a aplicação desta técnica projectiva. Desta forma, o psicólogo deve reduzir todas as interferências que possam ser provocadas por factores externos, e também diminuir as reacções ansiosas do sujeito clarificando a situação (Traubenberg, 1970).

Segundo Traubenberg (1970), o sujeito deve ser posicionado ligeiramente à frente do examinador mas inclinado para o lado esquerdo, de forma a que este último possa observar a linguagem corporal do examinando durante o decorrer da prova. Deve-se evitar sempre a posição frontal pois realça a situação de exame.

O material necessário é a prova em si, constituída por 10 pranchas, o protocolo na qual se fazem todas as anotações e um cronómetro que não deve estar visível ao sujeito.

As 10 pranchas colocadas sobre a mesa, são apresentadas uma a uma, por ordem e em posição vertical. A instrução original da prova consiste em “*O que é que isto poderia ser?*”, embora existam diferentes formas de dar início ao Rorschach, assim como diversos pontos de vista sobre qual será a melhor instrução inicial (Traubenberg, 1970). De qualquer das formas, existe um consenso quanto ao número de palavras – 5 – ou linhas – 10 – que podem constar na instrução (Traubenberg, 1970).

Deve-se ter em consideração que a finalidade da instrução, independentemente de qual a utilizada, é estimular o sujeito perante a actividade proposta, a qual não lhe é familiar, e proporcionar-lhe uma sensação de liberdade quanto ao seu modo de agir (Traubenberg, 1970).

O examinador deve informar o sujeito que a prova não tem tempo e também que não existem respostas certas ou erradas, fornecendo algum encorajamento adicional.

Iniciada a prova, toda a informação deve ser anotada com a maior precisão e rigor: as exclamações, comportamentos, comentários, hesitações, mudanças de posição da

prancha, intervalo de tempo entre a apresentação da prancha e a primeira resposta anotável e a duração de administração de cada prancha (Traubenberg, 1970).

Posteriormente num segundo momento, segue-se o questionário que se torna um elemento de especial importância para se “*precisar a base do conceito da resposta do sujeito, a parte de tal ou tal elemento da estrutura perceptiva do estímulo em cada uma das respostas*” (Traubenberg, 1970, p. 16). Assim, os objectivos do questionário são permitir ao sujeito fazer uma introspecção de forma a interpretar as respostas e retirar elementos novos que não foram aprofundados durante as respostas espontâneas (Traubenberg, 1970). O questionário solicita o sujeito à fantasmização ou à expressão dos afectos e vivências destes (Chabert, 2003).

Na Europa o uso do questionário faz-se no final do teste, enquanto os americanos têm um método distinto, consagrando-o posteriormente a cada prancha. “*O questionário deve ser sistemático, dizer unicamente respeito às respostas e aos três aspectos, localização, determinante e conteúdo das mesmas, ou deve ser reservado às respostas que foram espontaneamente mal explicadas ou formuladas de um modo demasiado vago? Rorschach, ao que parece, reservava-o para as respostas mal definidas e, sobretudo, para as resposta-cores de modo a elucidar a importância relativa dos factores cor e forma*” (Traubenberg, 1970, p.17).

Relativamente à instrução Chabert (2003) contempla uma forma alargada “*vamos agora retomar os cartões juntos; tente dizer-me o que o fez pensar naquilo que evocou. Claro que se lhe ocorreram outras ideias poderá sempre dizer-me*” (p.47), ou para indivíduos menos precisos ou confusos, pode-se acrescentar “*pode dizer-me onde viu o que evocou e o que é que o fez pensar nisso*” (p.48).

A técnica utilizada no questionário adapta-se à idade do examinando, podendo assumir uma forma verbal ou gráfica. Na sua maioria é verbal mas, p.e. quando se está perante uma criança pequena, a técnica predominante é a gráfica (Traubenberg, 1970).

Posteriormente, num terceiro momento, o psicólogo procede ao designado questionário “*dos Limites*”. Este foi desenvolvido por Klopfer com a finalidade de “*provocar reacções naquelas exactas direcções evitadas pelo sujeito*” (Traubenberg, 1970, p.19). Aqui, é exercida uma pressão sistemática e controlada pelo psicólogo para aprofundar a ausência de respostas cor, ou quando não foram exploradas diversas

qualidades do material (ausência de modos de apreensão, determinantes ou conteúdos (Chabert, 2003). Esta fase permite fazer uma distinção entre sujeitos inibidos, temerosos perante o julgamento de outro, submissos ou aqueles para qual o mundo exterior é visto de uma forma bastante particular (Traubenberg, 1970; Chabert, 2003).

O último momento é designado como a prova das escolhas e trata de se propor ao sujeito que perante os 10 cartões, escolha 2 que tenha “*gostado mais*” e 2 que “*gostou menos*”. Isto apela à sensibilidade emocional, aos afectos (gostar e não gostar) mas também pode ser expressa a agressividade (não gostar de nenhum), formações reactivas (todos são interessantes), clivagem (os pretos são feios e os das cores são bonitos) e ambivalência (não gostar deste, gostar daquele, gostar do outro) (Chabert, 2003).

Para finalizar, já sem a presença do sujeito é cotado o protocolo de acordo com o tipo de resposta utilizando a terminologia referente aos modos de apreensão, uso de determinantes formais, cinestésicos e/ou sensoriais, e conteúdos. Para casos em que se pretende retirar outras informações específicas do Rorschach para análise de algum tipo de problemática, complementa-se a cotação utilizando escalas diferenciadas de acordo com a incidência do que se pretende, o objectivo da avaliação.

Na sua análise, o Rorschach tem uma vantagem crucial pois permite fazer uma articulação entre as leituras quantitativas, retiradas do psicograma correspondentes aos procedimentos normativos, e a qualitativa, que diz respeito à interpretação feita das respostas dadas nas diferentes pranchas ricas em dimensões simbólicas (Silva, 1994).

ANEXO V - GRELHA DE REPRESENTAÇÃO DE SI

Esta grelha, elaborada por Traubenberg (1983) permite “*analisar os conteúdos para evidenciar a relação dinâmica do sujeito com os seus objectos internos e externos, humanos e materiais, e a situar a identidade e as identificações do indivíduo através do jogo das pulsões libidinais e agressivas*” (p.32).

Esta grelha, além da cotação e simbolização habitual, permite cotar os substantivos, verbos e adjectivos fornecidos pelos sujeitos em cada resposta. Desta forma, constitui-se por 4 colunas: a primeira relativa à dimensão corporal, a segunda ao tipo de relação investida e sua intensidade, a terceira corresponde à identidade sexual e sua estabilidade real, e a última remete para a integração da experiência da identidade própria e alteridade.

Modelo da Grelha de Representação de Si (Traubenberg, 1970)

Primeira coluna:

- 01: H-Conteúdo humano inteiro
- 02: H inf-Conteúdo humano criança
- 03: X-Humano definido pela função (reis, palhaços, índios)
- 04: (H)-Humanos irreal
- 05: (H/A)-Humano tornado animal ou inversamente
- 06: HA-Mistura dos reinos humano e animal (atributos humanos a animais ou vice-versa)
- 07: Hd-Parte do corpo que não a cabeça
- 08: Hdc-Cabeça humana ou parte dela
- 09: (Hd)-Hd irreal
- 00: At-Anatomia humana, com, na 2ª coluna:
 - 00.17 para esqueleto inteiro
 - 00.18 para anatomia óssea
 - 00.19 para a anatomia visceral
 - 00.20 para o sangue, veias, artérias.
- 11: Animal inteiro
- 12: Animal bebé
- 13: Animais pré-históricos
- 14: (A) Animais irreais e revestidos de carácter de onipotência (a simples denominação de “lobo”, por exemplo, não é suficiente para cotar 14)
- 15: Animais antropomórficos
- 16: Animais Walt Disney

- 17: Ad que não boca, dentes, chifres, pinças
 18: Ad boca, dentes, chifres, pinças
 19: Ad
 100: Anatomia animal, com, na 2ª coluna:
 100.17 para esqueleto inteiro
 100.18 para anatomia óssea
 100.19 para anatomia visceral
 100.20 para sangue, veias, artérias.
 20: Objectos humanos (marionetes, espantalhos, boneca...)
 21: Objectos com valor de conteúdo maternal (casa, vaso...)
 22: Elementos primitivos (terra, mar, gruta, vale, fundo submarino, céu)
 23: Árvore, planta, folha
 24: Linhas, traços, riscos, pontos
 25: Buracos, buracões
 26: Vestuário, coroas, objectos com valor narcísico
 27: Outros objectos inteiros: ponte, paredes, tapete, pernas
 28: Fragmento de objecto (pé de mesa...)
 29: Representação fálica e/ou pulsional (torre, vulcão, fogo, flecha, pinça)
 29.12 se estático
 29.07 se em acção
 30: Alimentação
 40: Abstracção

Segunda coluna

- 1: Interação recíproca positiva (“fazem-se reverências”, “dão-se a mão”)
 2: Interação recíproca agressiva (“batem-se”, “disputam um objecto”)
 3: Acção bilateral de carácter neutro (“dois negros tocando um tam-tam”)
 4: Interação activa/passiva não agressiva (um dos personagens ou animais exerce uma acção não agressiva sobre o outro)
 5: Interação activa/passiva agressiva
 6: Interação activa/passiva de dependência (mãe e criança, por exemplo)
 7: Acção simples e postura indicando K ou Kan
 8: Acção com carácter agressivo (“agarrar”)
 80: Carácter agressivo ou ameaçador sem acção (“mau”, animais com dardos, etc...)
 9: Acção incongruente e bizarra
 10: Acção sofrida (“homem vencido” ou “ferido”)
 11: Imagem em espelho ~
 12: Denominação simples ou postura não implicando K ou Kan (“um homem”)
 13: Desenho, caricatura
 14: Estátua, múmia
 15: Ser humano ou animal morto
 16: Imagem incompleta (mulher sem cabeça...)
 17: esqueleto inteiro
 18: anatomia óssea

19: anatomia visceral
20: anatomia circulatória, sangue, veias, artérias
associados a 00 ou 100

Terceira coluna

M: Masculino

F: Feminino

MF: Um personagem masculino, um personagem feminino

/: Não explícito

O: Ambivalente, bissexual ou instável

Quarta coluna

D: Conteúdo deteriorado

U: Unilateral

Ge: Gémeos, siameses

Ce: Cenas

Sx: Resposta sexual

Y: Imagem parental paterna

X: Imagem parental materna

Sm: Sombra, marca, traços

ANEXO VI – TÉCNICA DE PROFILING

O profiling é considerado uma técnica de investigação criminal sustentada e aceite pela psicologia forense (Correia, Lucas, & Lamia, 2007). Spitz (2002, cit por Correia et al., 2007), alarga a definição a uma “*competência de perícia forense pluridisciplinar que se consolida com o desenvolvimento de outras áreas*” (p.595). Não é uma profissão, mas uma especialização que complementa a área em questão (Monet 2001, 2002, cit por Correia et al., 2007). O profiling é um processo de análise criminal que tem como principal objectivo caracterizar o criminoso através da análise da cena do crime, da cronologia dos acontecimentos, vitimologia e tudo o que possa exibir o seu comportamento perante um crime (Correia et al., 2007).

As abordagens actuais do profiling derivam das técnicas desenvolvidas pela “*Behavioural Science Unit*” (BSU) que produziu um “*sistema de classificação da cena do crime*” através de vários estudos realizados sobre cenários criminógenos, os sujeitos que cometeram o crime e a vitimologia (Alison, McLean, & Almond, 2007). Ressler et al. (1986 cit por Alison et al., 2007) afirmou que o criminoso expõe a sua personalidade no acto que comete, é o que o torna distinto de qualquer outro (Alison et al., 2007). Assim surge a primeira classificação, “*organizado/desorganizado*”, com o objectivo de distinguir homicídios sexuais de outro tipo de crimes, nos quais a personalidade determinará o método para cometer o crime (Alison et al., 2007, p.495).

Segundo Correia et al., (2007) a técnica de profiling pode ser aplicada sempre perante situações de actos delituosos mas, de acordo com Toutin (2002 cit por Correia et al., 2007) é mais frequente em crimes violentos.

Actualmente existem diversas abordagens ao profiling que se foram completando e aperfeiçoando esta técnica.

Através de uma análise de investigação criminal do FBI, a classificação estabelecida é entre criminoso organizado ou criminoso desorganizado (Correia et al., 2007). Assim, são constituídas quatro fases com recurso à “*Criminal Investigative Analysis*” (CIA): a primeira consiste em assimilar o maior número de dados possíveis; posteriormente procede-se à classificação do crime com base nas provas recolhidas e analisadas que se sobrepõem; na etapa seguinte elabora-se uma reconstituição do crime através de elementos cronológicos que se obtêm nas fases anteriores; por último,

constrói-se o perfil do autor, baseado em diversos factores que serão abordados mais adiante (Correia et al., 2007, p.597). No Canadá o sistema utilizado, “*International Criminal Investigative Analysis Fellow-ship*” (ICIAF), é semelhante, à excepção do seu objectivo, direccionado para a recolha de informação muito especializada, na qual podem ser associados crimes sem recorrer à data ou ao local (Correia et al., 2007, p.597).

De acordo com Pinizzotto e Finkel (1990, cit por Alison et al., 2007) o profiling envolve uma série de etapas inferenciais. A primeira está direccionada à caracterização do acto criminoso através da comparação de vários crimes cometidos anteriormente, e que em algum ponto se podem assemelhar com o delito em questão. Seguidamente, elabora-se uma análise detalhada da cena do crime. Em terceiro, investiga-se o passado da vítima e de possíveis suspeitos, o que vai remeter para a quarta e última fase, na qual se faz corresponder as motivações particulares do crime aos indivíduos envolventes através da descrição elaborada do perfil (Alison et al., 2007 p.495). De um modo geral, a construção do profiling deve responder às questões principais, “*O quê?*”, material base da cena do crime, “*Como?*”, motivação comportamental do delinquent, e “*Quem?*”, descrição das características do sujeito que cometeu o crime (Alison et al., 2007, p.495).

Numa perspectiva psicológica, Canter (2001, cit por Correia et al., 2007) desenvolveu a sua própria teoria, “*Statistical profiling*”, através da psicologia do ambiente em ligação com métodos científicos de investigação (p.598). Assim estabeleceu três etapas do processo de investigação: numa primeira fase procede-se à recolha e análise das informações; posteriormente segue-se a tomada de decisão, com base no recolhido na etapa anterior, que vai permitir a detenção ou condenação do criminoso; e para finalizar, desenvolve-se um raciocínio lógico através da interpretação do comportamento criminal (Correia et al., 2007). Esta abordagem de construção do profiling destina-se a auxiliar os órgãos de polícia criminal nas suas diversas investigações, relacionando as cenas do crime com tipos específicos de autores (Correia et al., 2007).

Através de uma perspectiva mais abrangente e não tão rígida do processo de profiling, Holmes e Holmes (1996), descrevem três objectivos centrais na utilização desta técnica: “1) *padrões sociais e psicológicos dos agressores*; 2) *avaliações*

psicológicas dos pertences encontrados na posse dos possíveis suspeitos; 3) sugestões e estratégias de intervenção com os suspeitos depois da detenção” (Holmes & Holmes, 1996, p.3).

Numa vertente mais geográfica, o profiling pode ser elaborado através da correspondência entre certas zonas geográficas e a formas de criminalidade que estas apresentam (Correia et al., 2007). Desta forma, e com recurso a uma análise macro-ambiental, Shaw e McKay (1942, cit por Correia et al., 2007) afirmam que este processo deve permitir identificar a zona de residência ou laboral do criminoso, assim como compreender a ocorrência do crime num local específico (Correia et al., 2007). Este método de profiling tem por base a comparação do “*modus operandi*” (MO) através de um sistema de análise de crimes (Correia et al., 2007).

Segundo Schlesinger (2009), para iniciar o processo de profiling é necessário analisar sucintamente toda a informação recolhida durante a investigação, com excepção da lista de suspeitos, uma vez que pode influenciar a opinião do profiler, enviesando o processo. De acordo com este autor, existem certos factores que merecem uma particular atenção na construção de um profiling (Napier & Baker, 2005 cit por Schlesinger, 2009).

Os factores tempo e espaço permitem determinar o tipo de vida ou ocupações do ofensor (Schlesinger, 2009). O profiling é realizado através da análise do lugar do encontro com a vítima, do crime, do depósito do corpo e a sua disposição, se efectivamente ocorrer um homicídio, e permite identificar o agressor consoante o seu comportamento organizado, desorganizado ou “*misto*” (Montet, 2000, p.53). Se o criminoso tem o crime planeado e considera as variáveis externas, é organizado, se por outro lado o crime surge por ocasião, é desorganizado, e por último se apresenta características de ambos estamos perante um ofensor misto (Montet, 2000).

Em função do espaço, um ambiente de alto risco corresponde a sítios públicos ou mais movimentados, e um ambiente de baixo risco remete para crimes em locais isolados (Montet, 2000). Assim, se o crime for cometido, por exemplo em horas laborais, presume-se que o criminoso tenha alguma ocupação que não lhe tome muito tempo, se por outro lado ocorrer durante a noite ou ao fim-de-semana, este deverá ter um trabalho a tempo inteiro não dispondo de tempo livre durante o horário laboral (Montet, 2000).

A seguinte área abordada corresponde ao risco da vítima, podendo ser este elevado, médio ou baixo (Schlesinger, 2009). É avaliado segundo as características da vítima e a sua localização em determinados locais (Schlesinger, 2009). Através deste ponto, será determinado o tipo de agressor, visto que o seu temperamento influencia a escolha das suas vítimas (Schlesinger, 2009). Na maioria dos casos, o agressor selecciona vítimas de risco elevado, aquelas que aparentam “*vulnerabilidade pessoal*” e de ocasião momentânea (Montet, 2000, p.54). A vítima de médio risco apresenta apenas um dos dois tipos de vulnerabilidade. Já a de baixo risco não se encontra numa situação vulnerável, nem “*circunstancial*” (Montet, 2000, p.54).

O risco corrido pelo agressor é outro elemento a considerar. Concerne ao nível de risco que o agressor corre ao colocar-se em situações mais expostas, e que pode efectivamente levar à sua detenção (Schlesinger, 2009). Riscos moderados, elevados ou baixos revelam diferentes tipos de agressor (Schlesinger, 2009). O tipo de risco do ofensor é avaliado através do tipo de risco da vítima, neste sentido o criminoso pode revelar-se organizado ou desorganizado (Montet, 2000). Assim, uma vítima de alto risco remete para um criminoso desorganizado e uma de baixo risco revela um agressor organizado (Montet, 2000).

Outro factor importante é a escalada criminal, na qual os agressores aumentam as suas ofensas através do tempo, o nível de criminalidade aumenta e agrava-se, optando o delinquento por seguir uma carreira criminal grave em detrimento de delitos menores (Schlesinger, 2009). Esta escalada, perante crimes em série, permite averiguar as mudanças do cenário criminal, as evoluções do MO e tipo de infracções cometidas (Montet, 2000).

O cenário criminal ou aspectos dinâmicos da cena do crime permitem a reconstituição cronológica provável dos acontecimentos (Montet, 2000). O cenário pode sofrer alterações antes, durante ou após a passagem ao acto. Estas modificações podem ser indirectas, ou directas quando o agressor muda propositadamente elementos da cena do crime com o objectivo de desviar a condução da investigação, ou quando quer deliberadamente transmitir algo (Schlesinger, 2009). Através do nível de controlo demonstrado pelo ofensor é possível constatar que uma cena do crime desorganizada remete para um agressor desorganizado, assim como um cenário organizado reenvia para um criminoso organizado. Já um cenário de crime misto evoca um agressor misto,

organizado na passagem ao acto mas desorganizado antes ou após o acto (Montet, 2000).

Outro factor relevante no processo de profiling é o *modus operandi* ou assinatura, a técnica ou método utilizado durante o acto, sendo parte integrante da cena do crime (Montet, 2000). O modo de actuar do ofensor, comportamentos repetitivos ou ritualistas, pode modificar-se com o tempo através do aperfeiçoamento pela experiência, tornando a sua maneira de agir mais eficiente (Schlesinger, 2009). Desta forma, e directamente correlacionado com a escalada criminal, a assinatura deixada pelo criminoso permite reconstituir o cenário criminal e identificar atitudes específicas de cada tipo de agressor (Montet, 2000).

Por último, o factor do tipo de crime em função da personalidade do criminoso é igualmente caracterizado pelos dois grupos acima referidos, organizado/desorganizado (Schlesinger, 2009).

Cenas do crime organizadas reflectem indivíduos com altos níveis de controlo que detêm certos cuidados ao cometer os crimes, como escolher zonas de baixo risco, no caso de haver vítimas mortais, transportar os corpos do local do crime para outro mais distante (Schlesinger, 2009). São sujeitos socialmente competentes, com nível de inteligência acima da média e normalmente bons comunicadores (Schlesinger, 2009). Segundo Cleckley (1976, cit por Schlesinger, 2009) e Hare (1993, cit por Schlesinger, 2009) agressores com estas características podem remeter para organizações psicopáticas, são manipuladores ou narcisistas (Schlesinger, 1998, cit por Schlesinger, 2009), podem exibir charme e ter uma estrutura física atraente (Schlesinger, 2009).

Em contrário, cenas do crime desorganizadas transparecem impulsividade, as acções não foram planeadas (Schlesinger, 2009). Nestes casos, por norma os agressores conhecem as suas vítimas, a arma do crime é escolhida aleatoriamente, por oportunidade, e perante um homicídio o corpo é deixado no local dos acontecimentos (Ressler et al., 1986, cit por Schlesinger, 2009). A desorganização do crime revela uma história de vida profissional inexistente ou quase nula, o crime acontece normalmente na área de residência do ofensor e este revela poucas competências sociais (Schlesinger, 2009). De acordo com Ressler, Burgess e Douglas (1988, cit por Schlesinger, 2009) estes sujeitos podem sofrer de graves distúrbios de personalidade, são fisicamente não

atractivos e vivem sozinhos devido à sua falta de tolerância á frustração e comportamento egocêntrico.

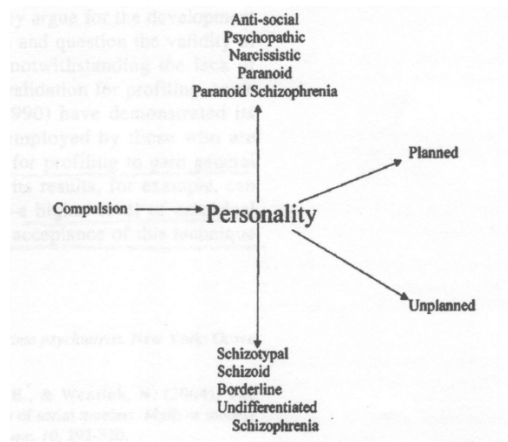


Figura 1 - “Personality as na intervening variable guiding how a compulsion is released and a crime is carried out (Schlesinger, 2009).

Esta imagem permite perceber de que forma a personalidade do ofensor é percebida através dos factos constatados na cena do crime.

A personalidade acarreta diversos factores na sua constituição, que a moldam e definem. Neste sentido, Holmes e Holmes (1996) relatam certos aspectos inerentes à personalidade de um sujeito que cometeu um crime, e que contribuem para a elaboração do respectivo perfil.

A biologia é o primeiro factor influenciador da construção da personalidade de um ser humano (Holmes & Holmes, 1996). Por si só, as características inatas não definem o modo de ser do indivíduo, mas em relação com outras componentes intervêm no processo de formação da personalidade (Holmes & Holmes, 1996).

Por outro lado, a cultura vai fornecer normas e valores específicos de determinada sociedade, instruindo o sujeito acerca dos comportamentos aceites ou reprováveis na sua cultura (Holmes & Holmes, 1996). Em relação às subculturas existentes, algumas características podem diferir mas o que prevalece é a cultura como um todo (Holmes & Holmes, 1996).

O ambiente no qual o sujeito está inserido também tem um papel significativo na constituição da personalidade, a convivência com certas pessoas, o papel social que

desempenha, e as vivências diárias, relacionam-se directamente com o comportamento presente ou futuro do indivíduo (Holmes & Holmes, 1996).

Por último, surge a influência das experiências comuns a todos os elementos da sociedade (e.g. família, escola, processos de divórcio, desportos) e das experiências particulares ou únicas que distinguem uns elementos da sociedade de outros (e.g. acidentes, realização de actividades específicas), algo que marca as diferenças de personalidade até em gémeos verdadeiros (Holmes & Holmes, 1996).

Desta forma, “*a cena do crime reflecte a personalidade do agressor*” (Homes & Holmes, 1996, p. 39). É algo preciso e que geralmente não varia com o tempo, os elementos centrais da personalidade mantêm-se (Holmes & Holmes, 1996). Assim, a cena do crime, o MO e a assinatura permanecem relativamente estáveis em função da personalidade demonstrada pelo ofensor (Holmes & Holmes, 1996).

Esta técnica em Portugal não é muito utilizada, mas em países como os Estados Unidos tem vindo a ser desenvolvida e aperfeiçoada através da sua aplicação. Desta forma, esta metodologia basear-se-á na categorização descrita por Monet (2003, cit por Correia et al., 2007, p.599):

<p>6. Elementos do profiling</p> <p>d) Análise da cena do crime</p> <p>e) Análise do perfil vitimológico específico</p> <p>f) Análise dos elementos das ciências legais</p>
<p>7. Modelos de classificação</p> <p>g) Tipo de autor de homicídio(s)</p> <p>h) Factores espaço/tempo</p> <p>i) Grau de vítima em risco</p> <p>j) Grau de risco tomado pelo criminoso</p> <p>k) Escalada criminal</p> <p>l) Crime narcísico-sexual organizado, desorganizado ou misto</p>
<p>8. Síntese dos elementos recolhidos (avaliação do crime)</p> <p>e) Assinatura psicológica e <i>modus operandi</i></p> <p>f) Posicionamento do corpo e <i>mise en scène</i></p> <p>g) Reconstituição do cenário criminal</p> <p>h) Confrontação dos métodos indutivos e dedutivos</p>
<p>9. Perfil criminal</p> <p>i) Sexo e raça</p> <p>j) Idade</p> <p>k) Perfil caracteriológico</p> <p>l) Situação familiar e relações sentimentais</p> <p>m) Vida social, escolaridade e serviço militar</p> <p>n) Antecedentes e pontos fortes da biografia</p> <p>o) Criminosos conhecidos similares</p>

p) Perfil físico (a título indicativo)
10. Detenção

Tabela 2 - “Metodologia do profiling” (Monet, 2003, cit por Correia et al., 2007, p.599)

Assim, pode-se concluir que a técnica de profiling é um processo de 5 etapas nas quais são recolhidos diversos dados relevantes para constituir um perfil. São consideradas informações sobre o crime, a(s) vítima(s) e agressor. Todos os dados são cuidadosamente analisados de acordo com os pressupostos na tabela acima apresentada.